

## Os desafios éticos da comunicação no limiar do século XXI

Dia após dia, as inovações das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) – a nível de hardware e de software – continuam a surpreender-nos. Encantam-nos não só a quantidade infinda de informação digital disponível online, mas também a facilidade e a velocidade com que lhe temos acesso e, ainda, a celeridade do processamento e cruzamento mecânico dos dados da informação armazenada, nos mais diversos servers espalhados pelo mundo. Admiramo-nos como, quase sem nos apercebermos, fomos passando, velozmente, de uma realidade de hábitos quotidianos analógicos a uma realidade complexa digital. Na actual sociedade da informação, estamos a passar pela fase de transição entre uma vida offline ou online, para entrarmos em pleno na era da vida *onlife*, para o bem e para o mal, como veremos neste estudo. Somos – os nascidos até meados do século passado – a última geração de analógicos. Muito em breve, o mundo será habitado por nativos digitais.

Hoje, tornou-se-nos praticamente impossível conhecer todas as inovações e saber utilizar todos os dispositivos digitais (hardware) que o mercado oferece, bem como acompanhar o desenvolvimento alucinante dos novos sistemas, ferramentas e programas informáticos (software), altamente sofisticados, que, sempre mais, continuam a revolucionar o nosso estilo de vida, o modo de nos relacionar, de escrever, de fazer negócio, de trabalhar, e até de pensar.

Todavia, a par desta evolução imparável e diante de tantas maravilhas nem tudo comporta apenas benefícios ou traz consigo só bem-estar à pessoa humana e ao ambiente. Todo este processo evolutivo requer ser monitorizado de modo a podermos prevenir eventuais malefícios à vida humana e à sociedade. Esta nova era digital, na qual vivemos, não está imune a riscos e a desvios éticos, nem isenta de medos e dúvidas. Em concomitância com os muitos sucessos desta nova era digital, levantam-se, inevitavelmente, novos interrogativos éticos, aos quais teremos de saber dar respostas correctas, conscientes e responsáveis.

Paradoxalmente, embora vivamos na era da comunicação global, graças sobretudo a dispositivos como os *smartphones* e a plataformas como as redes sociais, ainda temos muita dificuldade em saber a verdade sobre o que vai acontecendo no mundo e sobre os seus verdadeiros porquês e riscos.

É a partir desta constatação que nos propusemos fazer uma reflexão pessoal, desde uma perspectiva ética de inspiração cristã, sobre algumas das maiores inquietações da actualidade relacionadas com a Informação e a Comunicação tais como: desinformação, *hackers*, *fake news*, algoritmos, e, por último, inteligência artificial (IA), uma das grandes inovações digitais em curso e, talvez, a mais desafiante.

Sem dúvida que os dois grandes acontecimentos mundiais que marcaram profundamente, e ainda continuam a marcar, os últimos três anos – referimo-nos à pandemia do Covid 19 (iniciada em Janeiro

de 2020) e à guerra da invasão da Ucrânia pela Rússia (iniciada em Fevereiro de 2022) – vieram dar maior importância e motivação a este nosso estudo, na medida em que ambos têm vindo a causar outros flagelos, nomeadamente a desinformação e a propagação de *fake news* e de *hackers*.

Na circunstância em que vivemos e desde o ponto de vista da comunicação, um dos riscos mais graves que nos poderia acontecer seria permitir que se instalasse em cada um de nós ou na opinião pública a ideia de que a informação é, afinal de contas, uma fábrica de manipulação ou uma indústria de *fake news*.

Por isso, perguntamo-nos, será que, no limiar deste nosso século XXI, ainda tem sentido falar de Ética da Informação e da Comunicação?

Observando e analisando a realidade global da Comunicação hodierna – facilmente propensa à distorção e à manipulação da informação, pelo menos em alguns ambientes mediáticos e em alguns países em particular –, a resposta é óbvia.

O tema deste estudo pode interessar não só a quem trabalha directamente com os Meios de Comunicação Social, mas também a cada um de nós missionários, na medida em que, por razões do nosso ministério pastoral, somos também comunicadores, consumidores e difusores de informação, e, em alguns contextos, autênticos *opinion makers*.

Estamos convencidos de que também os missionários, que têm a responsabilidade de formar e de informar pessoas, não deverão viver alheios aos valores éticos e deontológicos, que estão subjacentes ao seu ministério apostólico, nem se deixar persuadir por sensacionalismos ou populismos, correntes de interesses ou ideologias, mesmo que pareçam predominantes, que violem os direitos inalienáveis de uma informação baseada na verdade, na liberdade e na transparência. Valores estes que, dá-se por descontado, requerem, absolutamente, a liberdade de expressão e de imprensa, princípios fundamentais de uma sociedade livre e democrática.

Desde já, prevenimos, a quem nos lê, que o texto que segue, mais do que querer dar todas as explicações científicas ou respostas exaustivas às temáticas abordadas, pretende fazer despertar o interesse pelas mesmas e abrir portas para um diálogo responsável e coerente, sem dúvida necessário, sobre o que consideramos ser urgente e de grande actualidade, isto é, uma reflexão sobre os desafios éticos, em matéria de Informação e Comunicação, neste primeiro quartel do século XXI.

## 1. A (des)informação e os *hackers* como armas de guerra

A verdade é um dos maiores valores da informação, senão mesmo o maior. É um dos principais pilares éticos do profissional da comunicação que tem por primeira missão informar, sem omitir as verdades incómodas, sem ser faccioso, sem divulgar apenas o que lhe convém, por vezes até sob a forma de propaganda. Esta é a realidade quotidiana, por exemplo, nos países governados por regimes ditatoriais ou numa sociedade em tempos de guerra.<sup>1</sup> Nestas circunstâncias, a primeira vítima é sempre a “verdade” da informação. E como destinatários da informação, que somos todos nós, sentimos cada vez mais dificuldade em distinguir as notícias da propaganda, as notícias das opiniões e das puras especulações, a informação da (des)informação e da contra-informação. Com alguma frequência, vemos perderem-se os alicerces sólidos e diluírem-se as fontes seguras que nos poderiam ajudar a confirmar se uma informação é verdadeira ou falsa. Mais, quantas vezes, aos nossos olhos ou aos nossos ouvidos, verdade e mentira se confundem, ou ainda pior, a mentira (o falso) se faz passar como se fosse a verdade mais absoluta.

“Informação e desinformação” é o título do livro de Galdón (2015), no qual o autor aborda o tema, partindo do princípio de que vivemos numa “sociedade manipulada, mas que ignora sê-lo”. Fala da desinformação como uma “agressão”, uma “violência silenciosa”:

Penso que já conhecemos suficientemente bem o efeito causado pela poluição da informação sobre os destinatários, nos quais se criou esta ilusão de saber... A gravidade da informação superficial, seja ela causada por omissão “estrutural” ou deliberada, não permaneceu, no entanto, totalmente clara. (...) A

---

<sup>1</sup> Era o dia 22 de Fevereiro de 2022. Vladimir Putin, presidente da Rússia, reconhecia a independência das Repúblicas Populares de Lugansk e Donetsk, autoproclamadas pelos separatistas ucranianos pró-russos, em território ucraniano do Donbass. O Donbass, região do sudeste da Ucrânia habitada por cerca de 80 por cento de falantes de russo, é importante pela sua posição geoestratégica (porta para o Mar Negro), pela abundância de recursos naturais e pela sua riqueza industrial. Inesperadamente, na madrugada de 24 de Fevereiro de 2022, rebenta a notícia de que as tropas e os tanques russos tinham começado a invadir a Ucrânia, mirando sobretudo a capital Kiev, a norte, e a região do Donbass, na zona sul do país. Iniciava uma guerra que, até hoje, continua a causar inúmeras vítimas humanas, milhares de deslocados e refugiados, e a destruir de modo maciço a riqueza patrimonial, por quase todo o território ucraniano. Um conflito atroz para o qual, no entanto, ainda não se vislumbra um possível acordo de paz, que ponha fim às hostilidades entre ambos os países directamente envolvidos. Entretanto, a comunidade internacional – sobretudo os países europeus e os países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (na sigla em inglês, NATO – *North Atlantic Treaty Organization*) – tem demonstrado cada vez mais o seu apoio político, económico e militar ao Governo de Kiev. Nas semanas e meses sucessivos ao início da invasão da Ucrânia, acção quase impensável na Europa dos nossos dias, passamos a assistir a uma batalha séria de (des)informação e de ciberataques, através de uma proliferação desenfreada de *hackers*, visando, sobretudo, os países que mais apoiam a Ucrânia. E, tal como é habitual neste tipo de cenários de guerra, começamos a ver emergir, sem quaisquer escrúpulos, uma cultura informativa do “vale tudo”, contanto de atingir os próprios fins. É verdade que nos chegam muitas notícias sobre o que está a acontecer no terreno, mas com uma forte conotação propagandística e, na maior parte dos casos, sem a mínima hipótese de virem a ser confirmadas por parte de outras fontes credíveis e independentes. Além disso, não faltam as acusações recíprocas ao mais alto nível. Por exemplo, citando a agência Lusa, o jornal Público do dia 23 de Setembro de 2023 publicava a notícia: “O chefe da diplomacia russa, Sergei Lavrov, discursou este sábado [23 de Setembro] na Assembleia Geral da ONU, onde teceu duras críticas ao ‘império de mentiras’ que considera ser o Ocidente, mas evitou abordar a guerra que o seu país trava na Ucrânia” (<https://www.publico.pt/2023/09/23/mundo/noticia/lavrov-classifica-ocidente-imperio-mentiras-evita-mencoes-ucrania-2064405>).

desinformação é uma agressão directa e pessoal. Reduz a liberdade de quem, em boa fé, comprou ou ordenou um determinado produto no mercado da informação. É a violência silenciosa (pp. 58-59).

Toda a informação relacionada com a agressão da Rússia contra a Ucrânia é – na linha desta reflexão – paradigmática. Começamos logo pelo facto de o governo de Vladimir Putin ter proibido os meios de comunicação social russos de usar termos como “invasão” e “guerra”, para fazer passar a ideia de que o que estava a acontecer era, assim a definiu Putin, uma “operação militar especial” com o objectivo de evitar o genocídio da população russófona do Donbass, na Ucrânia. No final do primeiro dia da invasão, Putin, dirigindo-se ao povo russo, com um discurso de tom ideológico, classificou a intervenção da Rússia, por mais incrível que soe, como uma “missão de paz”.<sup>2</sup> Em seguida, Putin submeteu a Imprensa a uma censura atroz, pondo fim à liberdade de informação no país. Além disso, bloqueou o acesso às redes sociais (Facebook, Netflix, TikTok, Instagram, YouTube e Twitter [agora X]<sup>3</sup>) no país, privando os russos destes meios de comunicação e destas fontes de informação.

Uma prova de resistência a esta censura, que acabamos de referir, vem-nos, por exemplo, do gesto arrojado da jornalista e editora russa Marina Ovsyannikova, que interrompeu o telejornal para exibir o texto: “Ponham fim à guerra. Não acreditem na propaganda. Aqui, estão a mentir-vos. Russos contra a guerra.”<sup>4</sup>

Por sua vez, a União Europeia, analisando as *fake news* difundidas pelos sítios pró-Putin, respondeu suspendendo o “Sputnik” e a “Rússia Hoje na Europa”. “Os tempos extraordinários exigem medidas extraordinárias. Todos apoiamos a liberdade de expressão, mas não se pode abusar dela para difundir propaganda de guerra”, disse Věra Jourová, vice-presidente da Comissão Europeia, responsável pelos valores e transparência, numa declaração partilhada com a agência italiana de notícias SIR.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> A voz do Papa Francisco não tardou a fazer-se ouvir. Falou de “guerra” na Ucrânia e condenou-a, numa intervenção em que contrariou o discurso oficial da Rússia, que fala em “operação militar especial”. “Não se trata apenas de uma operação militar, mas de guerra, que semeia morte, destruição e miséria”, denunciou o Santo Padre no domingo 6 de Março de 2022, desde a janela do apartamento pontifício, no Vaticano. E acrescentou: “E também gostaria de agradecer às jornalistas e aos jornalistas que colocam as suas vidas em risco para garantir a informação: obrigado, irmãos e irmãs, por seu serviço! Um serviço que nos permite estar perto da tragédia daquela população e nos permite avaliar a crueldade de uma guerra. Obrigado, irmãos e irmãs.” (<https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-03/papa-francisco-angelus-apelo-paz-prevalecer-negociacao-bom-senso.html>).

<sup>3</sup> A 23 de Julho de 2023, Elon Musk, fundador e diretor executivo da SpaceX, alterou o ‘design’ do logótipo da rede social Twitter, substituindo o símbolo do “passarinho azul” pela letra “X”. Contudo, ao longo deste texto, continuaremos a usar o nome original Twitter.

<sup>4</sup> No dia 14 de Março de 2022 à noite, Marina Ovsyannikova interrompeu o noticiário, que tem a maior audiência da Televisão russa, colocando diante das câmaras um cartaz antiguerra, que correu o mundo dos *media*, no qual estava escrito, em inglês, “NO WAR” (Não à guerra), seguindo-se o texto ainda mais corajoso, em russo: “Ponham fim à guerra. Não acreditem na propaganda. Aqui, estão a mentir-vos. Russos contra a guerra.” Como resposta, Vladimir Putin endureceu as leis internas de modo a reprimir e a punir severamente qualquer gesto de oposição à “operação militar especial”.

<sup>5</sup> [https://www.agensir.it/europa/2022/03/08/il-cremlino-ha-armato-linformazione-jourova-ue-al-sir-ecco-perche-leuropa-ha-sospeso-sputnik-e-russia-today/?utm\\_source=mailpoet&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=la-newsletter-di-agensir-it\\_2](https://www.agensir.it/europa/2022/03/08/il-cremlino-ha-armato-linformazione-jourova-ue-al-sir-ecco-perche-leuropa-ha-sospeso-sputnik-e-russia-today/?utm_source=mailpoet&utm_medium=email&utm_campaign=la-newsletter-di-agensir-it_2). No dia 26 de Setembro de 2023, Věra Jourová apresentou o primeiro relatório deste último semestre, elaborado pela Comissão Europeia, sobre a Lei dos Serviços Digitais (na sigla em inglês, DSA – *Digital Services Act*) na Europa, no qual afirma que a rede social Twitter foi aquela com “o maior rácio de desinformação” de entre as maiores do

Sobre esta realidade, o jornalista italiano Tondo (2022) afirma que as informações – de ambos os lados – sobre os horrores e as tragédias da guerra na Ucrânia são quase impossíveis de verificar.<sup>6</sup> De modo ainda mais contundente, o mesmo autor conclui que tudo indica que a fábrica de *fake news* está a funcionar em pleno ao serviço da propaganda:

Estar presente para informar. Ir, ficar, observar, verificar e depois escrever. Em tempo de guerra, como de paz, o que conta é o que se pode controlar, mesmo em condições difíceis. (...) O caso Mariupol é decididamente o exemplo mais emblemático das milhares de dificuldades com que os repórteres têm de lidar todos os dias, todas as horas, neste conflito, em que o dever de uma informação justa, verdadeira e imparcial colide diariamente com o circo da propaganda, certamente russo – destinado a rotular as reportagens da imprensa sobre o conflito como *fake news* – mas também ucraniano, que todos os dias, utilizando também provas e notícias, por vezes indemonstráveis, tenta enfatizar a fraqueza do invasor russo. (...) A verdade é que a campanha de propaganda e desinformação russa é tão forte que as autoridades ucranianas receiam que possa influenciar a própria opinião pública ucraniana (p. 26).

O Papa Francisco, durante uma audiência no Vaticano em que recebeu, pela primeira vez, o prémio “É Jornalismo”, considerou a desinformação como um dos quatro principais pecados do jornalismo, depois de ter alertado também para o risco de “a sociedade da informação se transformar na sociedade da desinformação”:

---

munho, seguindo-se o Facebook. Jourová avisou ainda que Twitter, se não quiser ser alvo de uma multa milionária, “terá de respeitar” a nova legislao européia, em vigor desde Agosto de 2023, que exige o cumprimento integral de todas as novas regras a partir de Janeiro de 2024. Cfr. o Relatório da União Européia “Code of Practice on Disinformation: new reports available in the Transparency Centre”, de 26 de Setembro de 2023, acessível online: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/news/code-practice-disinformation-new-reports-available-transparency-centre>. Veja-se também Martins (2023), em artigo do jornal Público online, intitulado «X  a rede social ‘com o maior rácio de desinformao’». O autor esclarece: “Ao contrário do entendimento norte-americano, segundo o qual as empresas não devem ser responsabilizadas por conteúdo partilhado por terceiros, a legislao européia são isenta de responsabilidade as empresas que tomem as medidas necessárias para eliminar o conteúdo em causa. Com a nova legislao, as redes sociais são também obrigadas a revelar aos reguladores europeus o funcionamento dos seus algoritmos, e vem-se forçadas a justificar os seus processos de decisão para manter ou remover conteúdos. As empresas que violarem a lei poderão ser multadas em até 6% das suas receitas na Europa – o que no caso do Facebook, por exemplo, pode chegar a 4,2 mil milhões de dólares (3,9 mil milhões de euros), segundo a revista Time.” Recuperado em <https://www.publico.pt/2023/09/26/mundo/noticia/x-rede-social-maior-racio-desinformacao-2064683>. Para aprofundar o assunto, recomendamos ainda estes dois textos: Pequenino (2022) e Pequenino e Reuters (2023). Recuperados, respectivamente, em <https://www.publico.pt/2022/07/05/tecnologia/noticia/parlamento-europeu-aprova-leis-fim-faroeste-digital-2012551> e <https://www.publico.pt/2023/08/24/tecnologia/noticia/gigantes-tecnologicas-preparam-se-nova-lei-servicos-digitais-2061115>.

<sup>6</sup> Sobre o que realmente acontece e o que é noticiado, permanece a dúvida sobre a verdade da informao. E o mais grave é quando caímos na ilusão de saber, confundindo a realidade com as opiniões e os comentários. Mesmo em factos, aparentemente evidentes, como foi o caso da ameaça ao Poder de Putin aquando da rebelião – ou tentativa de golpe de estado? – dos mercenários do Grupo Wagner, companhia militar privada da Federao Russa, nos dias 24 e 25 de Junho de 2023, organizada por Yevgeny Prigozhin, líder do Grupo, mas que acabou por fracassar, graças a um acordo mediado pelo Presidente bielorrusso, Alexander Lukashenko. Até hoje, ainda são mais as dvidas do que as certezas sobre o que realmente aconteceu e o que foi, simplesmente, encenado. Dois meses depois, no dia 23 de Agosto, Prigozhin e outros sete membros da *leadership* da Wagner morreram na sequência da queda do avião em que viajavam, na região russa de Tver. Peter Stano, o porta-voz principal para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, em Bruxelas, sobre a posio da União Européia (UE) relativamente a este incidente, disse: “Quase nada do que sai da Rússia hoje em dia  credível, por isso sim, vimos as notícias sobre o acidente de avião que, alegadamente, matou o líder do grupo Wagner juntamente com membros da sua comitiva e membros da tripulao, mas tal como tantas outras coisas na Rússia isto é muito difícil para nós de verificar e, por isso, não nos compete comentar.” (Citado em: <https://www.noticiasominuto.com/mundo/2386304/comissao-europeia-rejeita-especular-sobre-eventual-morte-de-prigozhin>).

A desinformação é um dos pecados do jornalismo, que são quatro, a saber: a desinformação, quando um jornalista não informa ou informa mal; a calúnia (às vezes se usa esta); a difamação, que é diferente da calúnia, mas destrói; e o quarto é a coprofilia, ou seja, o amor ao escândalo, à imundície, o escândalo vende. A desinformação é o primeiro dos pecados, dos erros – digamos assim – do jornalismo. (...) Por exemplo, preocupam-me as manipulações daqueles que propagam interessadamente *fake news* com o objetivo de orientar a opinião pública.<sup>7</sup>

Na mesma circunstância, o Santo Padre apelou a “uma maior responsabilidade” e “empenho pela verdade”, sobretudo tendo em conta a “conjuntura dramática que a Europa está a atravessar, com a continuação da guerra na Ucrânia”. E concluiu: “A minha esperança é que seja dado maior espaço às vozes de paz, àqueles que se empenham em acabar com este e com tantos outros conflitos.”

O jornalista Foschini (2022) dá, também, uma série de exemplos reais, que, de algum modo, fundamentam quanto temos vindo a afirmar:

Na Web, é possível demonstrar como o início do conflito na Ucrânia coincidiu com um aumento exponencial do número de utilizadores registados no Twitter (38.000 no dia do primeiro bombardeamento da Ucrânia) e no Facebook. São sobretudo ‘bots’, perfis fictícios geridos por computadores cujo único objectivo é transmitir um certo tipo de notícias. São estes tipos de perfis que são utilizados para alimentar as chamadas ‘câmaras de eco’, páginas e canais *telegram*, onde toda a conspiração e cepticismo encontra terreno fértil graças a notícias habilmente falsificadas e depois postas em circulação (p. 4).

Um outro argumento importante e de grande actualidade a considerar, neste mundo globalizado em que vivemos, é a existência e o papel dos *hackers* digitais, concebidos por profissionais singulares ou ao serviço de empresas de tecnologia informática. Num breve texto – não assinado –, publicado no site do jornal do Vaticano “*L’Osservatore Romano*”, o “*hacker*” vem denominado como “o último dos piratas”:

Alguns dizem que [os *hackers*] podem ter tido origem com algum programador falhado que viu na rede das redes [Internet] uma fonte de chantagem fácil e de vingança obscura. O facto é que os *hackers* são hoje os protagonistas de uma pirataria moderna que visa os arquivos electrónicos das actividades que são também fundamentais para a vida quotidiana, tais como bancos, companhias de seguros, empresas e mesmo governos. Eles não são os novos criminosos que emergiram dos cenários fantasiosos dos livros de ficção científica para aterrar na realidade quotidiana, ou melhor, na rede. Mas sim personalidades que possuem muito boas capacidades técnicas e intelectuais e uma mentalidade científica e que são, portanto, muito perigosas.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Ver “*L’Osservatore Romano*” online: <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-08/quo-195/contro-i-linguaggi-di-odio-spazio-alla-logica-del-dialogo-e-dell.html>. O prémio “É Jornalismo”, atribuído ao Papa Francisco no dia 26 de Agosto 2023, foi entregue por uma delegação representativa deste galardão, criado em 1995 pelos jornalistas italianos Indro Montanelli, Enzo Biagi, Giorgio Bocca e Giancarlo Aleri.

<sup>8</sup> <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/hacker-l-ultimo-dei-pirati.html>. Na edição impressa do jornal *L’Osservatore Romano* (suplemento, pág. II), do mesmo dia 18 de Novembro de 2022, citando os dados do relatório do terceiro trimestre da Soc and Threat Intelligence do Swascan, uma empresa de cibersegurança do grupo Tinexta, informa que, nos últimos três meses, os ataques informáticos duplicaram em 76 países do mundo: “São 700 as organizações e empresas de 76 países que sofreram ataques de hackers no terceiro trimestre deste ano. Destes, 242 só em Setembro, um aumento de 116 por cento em comparação com os 112 ataques registados em Janeiro.” ([https://www.osservatoreromano.va/it/pdfreader.html/quo/2022/11/QUO\\_2022\\_264\\_1911.pdf.html](https://www.osservatoreromano.va/it/pdfreader.html/quo/2022/11/QUO_2022_264_1911.pdf.html)).

Da mesma opinião, é Dionisi (2022): “Verdadeiros piratas informáticos, os hackers são especializados em violar a segurança dos computadores e programas para entrar neles, apreender dados ou danificá-los.”<sup>9</sup>

A verdade é que os *hackers* assumiram as dimensões de verdadeiras armas de guerra, executando ciberataques contínuos contra os sistemas informáticos públicos e privados.<sup>10</sup> Criaram-se verdadeiros exércitos cibernéticos, organizados e preparados tanto para atacar como para se defender a nível do ciberespaço. Os alvos preferidos destes *hackers* são os sítios e as Apps das instituições estatais, os bancos e as plataformas industriais e comerciais, os serviços públicos e privados online, as páginas de personalidades políticas, as redes sociais, as redacções dos mais importantes órgãos de comunicação social, e por aí adiante.<sup>11</sup>

Um dos principais objectivos de quem produz os *hackers* é fazer entrar em *tilt* os sistemas informáticos, desestabilizando-os ou danificando-os.<sup>12</sup> Tecnicamente, definem-se “Negação de

---

<sup>9</sup> <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/la-cybersecurity-inizia-dalla-divulgazione.html>. Outras novas e preocupantes formas de pirataria moderna, que têm vindo a crescer nestes últimos anos e que, por isso mesmo, mereceriam um maior aprofundamento, estão relacionadas com a produção audiovisual. Num artigo recente, publicado no site do *L'Osservatore Romano*, Piro (2022), professora universitária de Direito, em Itália, diz que “entre as consequências mais prejudiciais do progresso tecnológico, especialmente desde o século XX, está a propagação da pirataria audiovisual”. Dos vários exemplos de violação dos direitos de autor citados pela docente, parece-nos importante mencionarmos o caso flagrante das IPTV (*Internet Protocol Television*) ilegais: “Estes são serviços ilegais, na maioria dos casos a pagamento, que permitem o acesso a todos os canais de televisão públicos e privados, incluindo conteúdos *on demand*. Uma actividade ilícita altamente lucrativa e gerida por estruturas criminosas complexas e ramificadas.” <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/contro-il-lato-oscuro-della-tecnologia.html>

<sup>10</sup> Destes ataques, um que ocorre cada vez com mais frequência é o chamado “ransomware”, isto é, um software (*hacker*) de sequestro de dados. Este entra num computador, ou sistema informático, tornando-o inacessível, através de uma chave criptográfica. Então, vem exigido um “resgate” económico para desbloquear o acesso a essa mesma base de dados. Cfr. o artigo de Aquilino (2022), em: <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/per-un-etica-dei-sistemi-e-delle-applicazioni.html>. E ainda Walton (2023), *Il contrasto dei lati oscuri più preoccupanti dell'era digitale. L'intelligenza artificiale e la lotta ai reati informatici*: <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-05/quo-115/l-intelligenza-artificiale-e-la-lotta-ai-reati-informatici.html>.

<sup>11</sup> Cfr. Pasqualetti (2022): “O que é talvez menos conhecido do público em geral, porque requer conhecimento dos níveis mais subterrâneos da rede (*deep web* e *dark web*), são os negócios de todo o tipo de coisas e as guerras cibernéticas diárias que povoam a rede. O cidadão comum conhece o roubo de identidade, o *fishing*, e o *ransomware*, enquanto as empresas, as instituições e os Estados são atacados com propósitos muito mais direccionados, por grupos de hackers especializados que podem violar dados de segurança nacional, influenciar os votos de um país, atacar sistemas de electricidade ou água, bloquear turbinas nucleares, etc. O mundo fascinante da Rede é também este. A tecnologia restitui sempre a nossa humanidade, precisamente porque nasceu como *techne*, e se o seu rosto assume conotações desumanas, é porque a nossa humanidade está a desmoronar-se.” <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/il-sabato-sia-al-servizio-dell-uomo-non-viceversa.html>.

<sup>12</sup> Referimos, aqui, apenas alguns exemplos paradigmáticos. No dia em que o Parlamento Europeu aprovou uma resolução em que reconhece a Rússia como um “Estado patrocinador do terrorismo”, o site da instituição foi alvo de um ciberataque, e esteve indisponível durante várias horas. A dar a informação foi o próprio porta-voz do Parlamento Europeu, Jaime Duch, na rede social Twitter, às 16:00 horas de 23 de Novembro de 2022: “The availability of @Europarl\_EN website is currently impacted from outside due to high levels of external network traffic. This traffic is related to a DDOS attack (Distributed Denial of Service) event. EP teams are working to resolve this issue as quickly as possible.” (<https://twitter.com/jduch/status/1595433790809284614>). Ainda mais sério foi o que aconteceu no domingo, dia 5 de Fevereiro de 2023. Milhares de servers de todo o mundo – institucionais e privados – sofreram maciços ataques de hackers, sobretudo em França e Itália. O jornal italiano *Corriere della Sera*, de 6 de Fevereiro, deu amplo destaque a esta ocorrência. O mesmo se diga dos ataques a vários sites institucionais italianos, no dia 21 de Fevereiro de 2023, em coincidência com a visita da primeira-ministra Giorgia Meloni a Kiev, capital da Ucrânia (Cfr. *Corriere della Sera*,

Serviço Distribuída” (na sigla em inglês, DDoS – *Distributed denial of service*) e vêm classificados, portanto, ao mesmo nível da pirataria informática.

Para travar a desinformação e a guerra informática, no sentido de defender o direito de todos nós a uma informação verídica, seria necessário e urgente não só implementar uma legislação, a nível nacional e internacional, com normas bem mais severas para as redes sociais e os meios de comunicação social – salvaguardadas a liberdade de expressão e o controlo por parte de instituições independentes –, mas também criar programas de educação sobre a informação, sobretudo digital, e promover uma comunicação de qualidade gerida por profissionais livres e independentes dos poderes político e económico.

De Luca (2017) e Dionisi (2022) são dois dos muitos autores<sup>13</sup> a apelarem à importância desta educação ao uso dos diversos meios de comunicação social. Para Dionisi (2022), “um papel fundamental para educar o utente a saber usar com perspicácia a Internet terá, certamente, de ser confiado à escola. (...) A escola deveria ensinar estes temas, dando-lhes a mesma importância que dá às disciplinas científicas e humanísticas”. Também De Luca (2017) enfatiza que:

Educar para uma utilização sóbria e consciente dos instrumentos de comunicação deve fazer parte dos currículos escolares, uma vez que mesmo os chamados “nativos digitais” carecem de “literacia mediática” adequada, útil não só para usufruir criticamente os meios de comunicação online, mas também para fazer melhor uso da tecnologia digital na vida quotidiana (p. 5).

Por exemplo, a evolução da Internet e das suas mais recentes inovações, sobretudo na forma de se usar e de se viver, como é o caso do desenvolvimento do designado “metaverso”<sup>14</sup>, deveriam merecer uma maior atenção nos currículos académicos.

---

quinta-feira, 23 de Fevereiro de 2023). Outro exemplo, citado por Tonacci (2022, 19 de Março), é o testemunho do ucraniano Anton Gryb, 19 anos, que se autodefine um cibersoldado em defesa do seu país em guerra: “Antes de 24 de Fevereiro, frequentava a Faculdade de Ciências Informáticas e trabalhava para uma empresa de segurança cibernética. Não sei como se empunha uma arma kalashnikov e não me vejo na linha da frente, mas tão pouco queria permanecer inerte. Por isso, com os meus dois computadores PC participo nas missões... Desde quando recebemos o endereço do sítio web até que o conseguimos derrubar, passam no máximo 15 minutos.” (Tonacci, 2022, p. 8).

<sup>13</sup> Para sublinhar a importância da educação nesta área da comunicação, citamos mais dois autores. Segundo Padula (2022), só há uma solução para vencer o *stress* causado pelo “*overload* informativo”, a educação: “Desligar a televisão ou recusar-se a ver as notícias online não funciona num mundo em que a conexão é condição constitutiva das nossas vidas colectivas. A solução, por mais óbvia que seja (e difícil de realizar), continua a ser uma só: educação.” Recuperado em <https://www.agensir.it/mondo/2022/03/05/educarci-ai-media-per-educarci-alla-pace/>. Também Masci (2022) – membro da Direcção Tecnológica do Dicastério para a Comunicação, no Vaticano – considera que uma das primeiras formas de defesa, para quem navega na Internet, consiste no tomar consciência dos riscos que comportam as nossas relações com o mundo digital: “A alfabetização informática é o primeiro passo para evitar muitas situações prejudiciais para as empresas e as infra-estruturas. Ainda mais para os nativos digitais, porque estes interagem em paralelo entre o real e o virtual...” Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/ripartire-dall-alfabetizzazione-informatica.html>.

<sup>14</sup> Metaverso é o nome dado a um ambiente partilhado, que integra os mundos real e virtual, ao qual as pessoas podem aceder através da Internet. De facto, trata-se de uma plataforma que acolhe espaços virtuais tridimensionais (3D), percebidos como uma extensão do mundo real. (Cfr. <https://www.significados.com.br/metaverso/>).



A este propósito, parece-nos também importante referir a preocupação do Papa Francisco (2022) – um grande reconhecedor de que a revolução dos media digitais das últimas décadas provou ser um meio poderoso de promoção de comunhão e de diálogo no seio da família humana –, numa mensagem dirigida aos participantes do congresso mundial da SIGNIS<sup>15</sup>:

Têm surgido, sobretudo no uso das redes sociais, uma série de graves questões éticas que exigem um juízo sábio e criterioso por parte dos comunicadores e de todos aqueles que se preocupam com a autenticidade e a qualidade das relações humanas. Às vezes e em alguns lugares, os sites dessas redes tornaram-se locais de toxicidade, discurso de ódio e notícias falsas.<sup>16</sup>

Para tal, o Santo Padre instou os participantes no congresso a:

Ajudar as pessoas, especialmente os jovens, a desenvolver um sólido sentido crítico, aprendendo a distinguir a verdade da falsidade, o certo do errado, o bem do mal, e a apreciar a importância de trabalhar pela justiça, pela concórdia social e pelo respeito à nossa casa comum (*Ibidem*).

A Conferência Episcopal de Moçambique (CEM), na sua Nota Pastoral de Novembro de 2022, mencionando a corrupção e o controlo social que se vivem no País, alertava para o facto de se estar a verificar “uma tendência crescente e generalizada de limitação ao exercício de direitos humanos básicos como a liberdade de expressão e de manifestação”, uma vez que, acrescentam os bispos moçambicanos, as comunidades, muitas vezes, “não encontram espaço para darem as suas opiniões, porque são impedidas de falar, através de mecanismos de controlo social que bloqueiam a sua participação”.<sup>17</sup>

Poderíamos ainda referir aqui, a título de exemplo, o curso sob o tema “*Fake News*, Religião e Política”, organizado recentemente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em parceria com outras instituições, que tinha o seguinte objectivo principal:

Tendo em vista o aumento substancial da disseminação de notícias falsas, o objetivo do curso é oferecer uma formação aos agentes da Pascom, de outras pastorais, movimentos e organismos da Igreja para que desenvolvam a habilidade de checagem de notícias, exerçam a atitude cristã de propagação da verdade e formem uma rede de checadores de notícias no âmbito eclesial.<sup>18</sup>

## **2. Mudança de época, pós-verdade e *fake news***

Os inícios do século XXI marcam uma “mudança de época”. A expressão é de Francisco (2013). Encontramo-la na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG), publicada oito meses depois de ter sido eleito Papa. Neste documento, o Santo Padre define as linhas programáticas para o seu

---

<sup>15</sup> SIGNIS: <https://www.signis.net/content/about-us-9/mission>.

<sup>16</sup> <https://www.vatican.va/content/francesco/it/messages/>. Para ir ao encontro do Papa Francisco, o Departamento de Pastoral Escolar do Vicariato de Roma organizou no dia 9 de Setembro de 2023 um encontro dedicado ao ensino da religião na era da revolução digital para todos os professores de religião. Cfr. Signorile (2023). *L'Osservatore Romano*. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-09/quo-218/sul-confine-tra-materia-e-spirito.html>.

<sup>17</sup> Nota Pastoral da Conferência Episcopal de Moçambique. Maputo, 11 de Novembro de 2022.

<sup>18</sup> CNBB <https://www.cnbb.org.br/cursosofakenews>.

pontificado ao serviço da Igreja. Quando descreve os grandes desafios do mundo contemporâneo, o Papa afirma:

A humanidade vive, neste momento, uma viragem histórica, que podemos constatar nos progressos que se verificam em vários campos. São louváveis os sucessos que contribuem para o bem-estar das pessoas, por exemplo, no âmbito da saúde, da educação e da comunicação. Todavia não podemos esquecer que a maior parte dos homens e mulheres do nosso tempo vive o seu dia a dia precariamente, com funestas consequências. (...) Esta mudança de época foi causada pelos enormes saltos qualitativos, quantitativos, velozes e acumulados que se verificam no progresso científico, nas inovações tecnológicas e nas suas rápidas aplicações em diversos âmbitos da natureza e da vida. Estamos na era do conhecimento e da informação, fonte de novas formas dum poder muitas vezes anónimo (EG, n° 52).

O que o Papa pretende sublinhar é que não estamos a viver uma época de mudanças, mas uma mudança de época. Uma mudança perceptível também a nível da Comunicação e da Ética. Estamos a viver uma nova era do conhecimento e da informação, que, desde há poucos anos, vem também denominada como era da pós-verdade (*post-truth*) ou, dito desde uma perspectiva ética, da pseudo-verdade.

Occhetta (2017) compara a comunicação hodierna à haste de um pêndulo que balança entre o “antes” e o “depois” da verdade, sem ser capaz de a reconhecer. E enumera as regras da comunicação que norteiam a cultura da pós-verdade:

Instigar a violência (*hate speech*), ridicularizar as vozes das instituições, tocar nas emoções e crenças (mais irracionais) dos utilizadores, “injectar” suspeitas nos factos, inventar “falsidades” (*fake news*). O terreno fértil onde a pós-verdade se enraíza é o das redes sociais, capazes de aprisionar os usufruidores das notícias num “presente eterno” sem memória (p. 7).

Em nosso entender, uma mudança cultural desta natureza requer do homem contemporâneo uma profunda reflexão e um sério processo de discernimento no que se refere à Comunicação e, em particular, sobre o que é informação verdadeira e informação falsa ou manipulada.

Referimo-nos, concretamente, às chamadas *fake news* (notícias falsas), conceito que designa toda a informação parcial ou totalmente falsa, quase sempre divulgada intencionalmente, de natureza genérica e de difusão excessiva através das tecnologias de comunicação digital – da Internet – e dos meios de comunicação em geral. Mantendo-nos na linha de pensamento de Occhetta (2017), podemos concluir que as *fake news* baseiam-se em emoções, convicções e preconceitos subjacentes aos acontecimentos – ou a determinadas ideologias – e pautam-se de modo especial pela ausência total ou em parte de fontes fidedignas. Dada a sua plausibilidade, as *fake news* estão a plasmar uma cultura jornalística que se coloca ao serviço dos populismos e dos interesses políticos – e não só políticos –, com algum êxito, com o objectivo de “alimentar medos”, omitir ou distorcer os factos, desviar a opinião pública da verdade, ou simplesmente, de não favorecer nem facilitar o confronto das informações com a realidade.

Desde o ponto de vista ético, as *fake news*, manipulando a realidade, só contribuem para a poluição da informação e para a desinformação. As *fake news* nem sempre são completamente falsas, mas, na sua substância, os fragmentos de verdade, nesta espécie de notícias, são raros e inaferríveis.<sup>19</sup>

Numa entrevista à revista italiana *L'Espresso*, o sociólogo francês Bronner (2022), à pergunta por qual motivo as *fake news* se difundem tão rapidamente, respondeu que tudo depende muito da facilidade hodierna de comunicar e da quantidade de informação de que hoje dispomos, se comparada com o mercado da informação medieval ou, em geral, no período pré-Internet. Para este sociólogo, entre a época passada e esta nossa:

O que mudou é que antes apenas os ‘*gatekeepers*’ [*seleccionadores de notícias*] se podiam exprimir, (...) agora qualquer pessoa que tenha um ‘*account*’ [*conta*] pode contradizer um professor de medicina sobre vacinas. (...) Estão todos em livre competição, quase sem qualquer filtro. Isto cria uma disponibilidade de informação sem precedentes. Foram produzidas mais informações nos anos 2000 do que em todo o período entre Gutenberg e 2000. Nos últimos dois anos, produzimos 90 por cento da informação disponível (p. 95).

Ainda na mesma entrevista, Bronner diz que um outro factor que explica a fácil difusão das *fake news* é que “estas vão na direcção das expectativas intuitivas do nosso cérebro”, satisfazendo, assim, aquilo que ele chama “o aspecto sombrio da nossa racionalidade”. Neste contexto, cita um estudo publicado na revista “*Science*”, no qual se concluía que “no Twitter, a informação falsa é seis vezes mais viral do que a informação verdadeira”. E acrescenta:

Em certas situações, é a *fake news* que vence porque pode desfrutar do ‘*lazy thinking*’, o pensamento preguiçoso. (...) Na maioria dos casos, procuramos informações que vão no sentido das nossas crenças. Quanto mais informação tivermos, mais facilmente encontraremos uma que vai na direcção daquilo em que realmente acreditamos. É o paradoxo da credulidade informativa, quanto mais informação existe mais credulões [*peçoas ingénuas que acreditam em tudo o que escutam ou vêem*] nos tornamos, enquanto poderia parecer o oposto (*Ibidem*, p. 96. O texto em itálico entre parênteses recto é nosso).

Sendo assim, não podemos afirmar que quanto mais informação tivermos, melhor conhecemos a realidade. Em certas circunstâncias, a abundância da informação está mesmo ao serviço do seu contrário, a saber (des)informar.

Para aprofundar a ideia de Bronner (2019) e saber como se podem desmontar os mecanismos de manipulação e não se deixar enganar pelas interpretações incorrectas da realidade, nada melhor do

---

<sup>19</sup> Um exemplo emblemático de *fake news* foi a estratégia noticiosa usada por Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos da América (USA), nas suas campanhas políticas e, também, durante a sua governação de 20 de Janeiro de 2017 a 20 de Janeiro de 2021. Este seu estratagemma acabou por ser penalizado, na sequência da invasão do Capitólio, a 6 de Janeiro de 2021: as contas de Trump foram banidas das principais redes sociais, de entre as quais o Twitter. Este desfecho motivou Trump a criar a própria rede social, denominando-a, paradoxalmente, “*Truth Social*” (verdade social) e definindo-a como “livre de censura”. No entanto, o *account* do Twitter do ex-chefe de Estado foi restabelecido em Novembro de 2022, logo depois de Elon Musk ter assumido o controlo da empresa Twitter. Trump só voltou a usar esta rede, agora X, no dia 24 de Agosto de 2023, para publicar a sua foto, tirada horas antes pela polícia na prisão de Fulton, na cidade norte-americana de Atlanta, onde se tinha entregado às autoridades por estar acusado de tentar falsificar os resultados eleitorais de 2020 – esta é já a quarta acusação criminal que enfrenta –, e sobre as quais deverá ainda ser julgado.

que acedermos à sua obra *Fake News*.<sup>20</sup> Através de uma linguagem e de diálogos simples, o autor mostra-nos como tantas daquelas que para nós são verdades indiscutíveis, para além dos erros e dos limites da nossa compreensão, não são mais do que uma série de crenças falsas, baseadas em informações falsas. A introduzir esta obra, encontramos dois textos importantes e complementares.

O primeiro é de Attivissimo (2019), jornalista informático, no qual alerta para o facto de os governos terem percebido que “é fácil manipular os automatismos das redes sociais para amplificar notícias falsas para proveito político, e que, por isso, inundam a Rede com falsos perfis ‘independentes’ que divulgam propaganda” (Attivissimo, em Bronner (2019), pp. 4-5).

O segundo texto é de Polidoro (2019), secretário nacional do CICAP (sigla em italiano para Comité Italiano para o Controlo das Afirmções sobre a Pseudociência). Partindo da sua vasta experiência, o autor sugere cinco conselhos práticos para ajudar os destinatários a descobrir se uma informação é verdadeira ou falsa. De modo resumido, estes são os seus cinco conselhos:

- 1) Tentar descobrir se a fonte é credível e se as provas são fiáveis.
- 2) Distinguir a precisão dos factos das opiniões, averiguando também a idoneidade e as competências de quem o afirma.
- 3) Se uma notícia é acompanhada pelo comentário “e ninguém fala disso”, desconfiem; porque, na realidade, todos os meios de comunicação social andam à procura de “furos” [uma informação publicada em primeira mão], para serem os primeiros a noticiar, e, portanto, se mesmo nenhum média “fala disso” é porque, muito provavelmente, é uma falsa informação.
- 4) Desconfiar dos títulos garrafais, das manchetes populistas e sensacionalistas, porque, com frequência, são uma simples caça aos “cliques”, a fim de aumentar a receita publicitária do site em causa.
- 5) Ter particular atenção aos detalhes da notícia, presentes ou ausentes, e à autenticidade e reputação do meio de comunicação que a difunde (Polidoro, em Bronner (2019), pp. 10-11).

Estamos conscientes de que, na realidade, não será assim tão simples identificar, com absoluta certeza, o que é verdadeiro ou falso numa notícia, e, portanto, livrar-nos das *fake news*. Contudo, consideramos que só o simples facto de nos interrogarmos sobre a veracidade da informação que nos invade diariamente, sem nos deixarmos facilmente persuadir e levar por emoções ou ideologias, é já um primeiro passo positivo na tentativa de se querer chegar à verdade dos factos que nos são noticiados.

### **3. O poder dos algoritmos**

É desde os primeiros meses de 1989, quando surge a *World Wide Web* (WWW), que estamos a assistir a um progresso vertiginoso das TICs. O binómio WWW e Internet interligou instituições e pessoas que passaram a intercambiar quantidades incalculáveis de informação. Este fluxo de informação permitiu associar enormes quantidades de dados (designados *Big Data*) dos sectores públicos e da vida privada dos utilizadores que acabaram não só por invadir a privacidade humana, mas também

---

<sup>20</sup> O texto de Bronner é apresentado em 54 páginas de banda desenhada, obra das mãos de Jean-Paul Krassinsky, conhecido designer e ilustrador de banda desenhada.

por pôr em causa a transparência, a protecção das pessoas e a sua própria liberdade. Em geral, são considerados dados sensíveis das pessoas, entre outros, as crenças religiosas, as orientações políticas, a orientação sexual e a origem racial ou étnica.

O Google<sup>21</sup>, fundado por Sergey Brin e Larry Page, em 1997, é, hoje, um dos monopólios mais poderosos do universo do tratamento e da organização da informação a nível da Internet. A propósito da celebração dos 25 anos de Google, Soukup (2022), escrevendo sobre os sonhos e os medos de todos estes anos no âmbito da informação global, adverte-nos para o facto de que Google “não só torna a informação acessível, mas de alguma forma controla-a, define-a, monetiza-a e apresenta-se como uma força benigna”. E conclui:

O Google tornou-se uma força poderosa no capitalismo da vigilância: as pessoas que aceitam sem hesitar a recolha dos seus dados por parte de Google protestariam se os governos tentassem fazer o mesmo. Mas como o Google fornece algo de precioso, as pessoas olham para o outro lado no que diz respeito ao seu poder. Google e os seus múltiplos produtos, serviços e projectos têm um custo que se mede em *privacy* [privacidade], ética, acesso, custos desiguais, controlo monopolístico e influência política (p. 64).

Segundo Masci (2022), membro da Direcção Tecnológica do Dicasterio para a Comunicação<sup>22</sup>, no Vaticano, “os dados pessoais representam hoje uma moeda que constitui indirectamente a remuneração das cinco maiores multinacionais de TI [Tecnologias de Informação]. Multinacionais que, em alguns casos, têm receitas iguais ao PIB [Produto Interno Bruto] de um Estado”. Contudo, pergunta-se, mas “quantos estão hoje dispostos a desistir dos seus serviços, mais ou menos conscientes de que estão a pagar com a sua privacidade?”<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Recordamos que o Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América (EUA) abriu um processo a Google, iniciado no dia 12 de Setembro de 2023, acusando-o de ter abusado da sua posição dominante, nos serviços de busca pela internet, a fim de sufocar a concorrência e proteger o seu monopólio. Considerado o mais importante julgamento de monopólio da era da Internet, este processo prevê-se que venha a ser longo, uma vez que o caso poderá estar sujeito a recursos, e chegar até à Suprema Corte dos EUA. Este processo enquadra-se no clima actual de confronto entre as grandes empresas multinacionais da tecnologia digital e o governo norte-americano. Não estamos a falar de uma empresa qualquer. Google é responsável por 90 por cento dos serviços de busca nos EUA. [Para um maior aprofundamento, veja-se: [http://www.ansa.it/sito/notizie/economia/2023/09/11/google-a-processo-negli-usa-lombra-di-microsoft-25-anni-fa\\_c08534c5-4037-494e-b808-bac7080fa180.html](http://www.ansa.it/sito/notizie/economia/2023/09/11/google-a-processo-negli-usa-lombra-di-microsoft-25-anni-fa_c08534c5-4037-494e-b808-bac7080fa180.html); [https://www.ansa.it/canale\\_tecnologia/notizie/tlc/2023/09/12/gli-usa-contro-google-showdown-antitrust-in-tribunale\\_11d75fe7-70c2-4586-a8c7-789c5e797ba4.html](https://www.ansa.it/canale_tecnologia/notizie/tlc/2023/09/12/gli-usa-contro-google-showdown-antitrust-in-tribunale_11d75fe7-70c2-4586-a8c7-789c5e797ba4.html); <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/09/13/entenda-por-que-eua-processam-google-e-como-isso-pode-ameacar-o-futuro-da-internet.ghtml>]. Entretanto, desde fins de Setembro de 2023, para quem entra no Google, este já nos pede se queremos manter a pesquisa e os outros seus serviços conexos ou não. Informa também que as nossas escolhas entrarão em vigor a 6 de março de 2024. Entre outras informações, diz o anúncio do Google: “Ao abrigo da nova legislação da UE, a partir de 2024 a Google necessita do consentimento do utilizador para manter estes serviços ligados. Uma vez ligados, podem partilhar dados entre si e com todos os outros serviços Google para: Combinar dados para personalizar conteúdos e anúncios; Desenvolver e melhorar os serviços Google; Medir e melhorar a apresentação de anúncios; Cumprir outras finalidades descritas na nossa Política de privacidade em [g.co/privacypolicy](https://www.google.com/privacypolicy).”

<sup>22</sup> [https://www.vatican.va/roman\\_curia/segreteria/segreteria-comunicazione/documents/segreteria-per-comunicazione\\_profilo\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/segreteria/segreteria-comunicazione/documents/segreteria-per-comunicazione_profilo_po.html).

<sup>23</sup> “O conjunto de ameaças, vulnerabilidades e actividades criminosas neste contexto, possíveis graças à combinação da transição analógico-digital e dos dados como moeda de troca, constituem o que é conhecido como cibercrime. A título de exemplo, são considerados crimes informáticos: o acesso não autorizado, a difusão de vírus, o *spamming*, o ciberterrorismo, a difamação e o insulto. O cibercrime anda de mãos dadas com a cibersegurança; são duas faces da

Apesar dos benefícios de que temos vindo a usufruir das *Big Techs* – Google, Amazon, Meta (proprietária de Facebook, Instagram e WhatsApp), Apple, Twitter, Tesla e por aí adiante<sup>24</sup> –, a incógnita a que nos remete este sofisticado mundo da Silicon Valley é saber como e até que ponto estas redes se responsabilizarão por nos garantir um sistema de moderação que respeite os direitos elementares dos utentes e das pessoas em geral. A dificultar este percurso contribuirá, sem dúvida, a crise por que estão a passar os gigantes da Web. A concorrência entre estes chegou até ao ponto insólito de os seus proprietários – caso dos magnatas Mark Zuckerberg, de Meta, e Elon Musk, de Twitter e Tesla<sup>25</sup> – se guerrearem não só através das suas próprias redes sociais, mas até de se proporem para um duelo físico, em lugar a combinar. Em nosso entender, um jogo de propaganda de baixo nível e sem qualquer escrúpulo ético.<sup>26</sup>

Mas voltemos ao pensamento de Masci (2022), que nos alerta para a importância dos direitos humanos na Internet: “na *governance* de Internet – diz o autor –, verifica-se cada vez mais a necessidade de estruturas estratégicas focalizadas sobre os direitos humanos nas políticas de cibersegurança e de cibercriminalidade para garantir a pluralidade, a liberdade e a legalidade na habitação do ciberespaço”<sup>27</sup>.

---

mesma moeda. Por um lado, existe um comportamento criminoso na violação dos sistemas informáticos e na utilização da rede para fins criminosos, que, hoje em dia, beneficia de leis fragmentadas e fracas em comparação com o crime convencional. Por outro lado, estão as contramedidas, ou seja, o conjunto de acções destinadas a defender os dispositivos e sistemas contra ataques nocivos.” (<https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/ripartire-dall-alfabetizzazione-informatica.html>).

<sup>24</sup> No dia 5 de Julho de 2023, Mark Zuckerberg lançou uma nova rede social Threads (fios, em português), com o objectivo de desafiar a sua rival Twitter – propriedade de Elon Musk, que conta com cerca de 363 milhões de utilizadores –, tendo obtido nas primeiras 24 horas uns 30 milhões de seguidores. Threads – mensagens de breves textos associados a fotografias – inspira-se, claramente, no modelo Twitter e já se encontra disponível em mais de 100 países, entre os quais os Estados Unidos da América e o Reino Unido. Entretanto, os países da União Europeia, que estão à espera de que o regulamento *Digital Markets Act* entre em vigor, no espaço europeu, ainda não deram luz verde a esta plataforma. Segundo Gaggi (2023), “em causa está o facto de que este regulamento, sobre o mercado digital, prevê medidas de protecção da *privacy* [privacidade] e estabelece limites à partilha de dados dos utilizadores entre plataformas”. Este tempo de espera justifica-se, se tivermos em conta que Zuckerberg é também proprietário da Meta Facebook e de Instagram. Só o Instagram tem cerca de dois mil milhões de utilizadores (Gaggi, 7 de Julho 2023, p. 17).

<sup>25</sup> Cfr. Molinari (2023), *Lo scontro in gabbia tra Elon Musk e Mark Zuckerberg – più annunciato che possibile*, p. 12; Conti (2023), *Da Verona a Pompei, gara per ospitare il duello. Ma Zuckerberg frena Musk*, p. 21; Severgnini (2023), *Musk e Zuckerberg gladiatori egocentrici*, p. 25; Persivale, M. (2023). *Musk e la bufala seriale della sfida a Zuckerberg. “Lui rifiuta l’incontro”*. *Corriere della Sera*, p. 23.

<sup>26</sup> “Em 2022, a queda de todas as grandes empresas inovadoras, que, num ano negro para as Bolsas de Valores atingidas por guerras, crises energéticas e inflação, com o conseqüente aumento do custo do dinheiro, perderam, no entanto, muito mais do que as empresas tradicionais, tem sido atribuída, pelo menos parcialmente, a factores contingentes. Tais como o encerramento da fábrica Tesla na China, devido ao reinício do Covid, o que levou a empresa de Elon Musk a perder até 70 por cento do seu valor num ano, o crescimento reduzido das receitas publicitárias da Meta-Facebook e da Alphabet-Google, a lutar com a concorrência da TikTok, e os ventos da recessão a refrear os investimentos dos anunciantes” (Gaggi, 8 de Janeiro 2023, p. 24). De facto, dois meses depois, a 14 de Março de 2023, o mercado financeiro dos EUA entrou em turbulência com o anúncio da falência do Silicon Valley Bank.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

Conscientes desta realidade global, vários países ou regiões geográficas, como veremos mais adiante, já começaram a criar leis adequadas no sentido de criar maior segurança e de proteger a privacidade das pessoas singulares e colectivas.

As redes sociais jogam aqui, sem dúvida, um papel preponderante, uma vez que surgiram para pôr as pessoas em comunicação umas com as outras, intercambiando entre si, sem necessidade de ter grandes conhecimentos tecnológicos, opiniões e conteúdos tais como, por exemplo, textos, fotos ou vídeos. Porém, não demorou muito para que se começasse a fazer uso destas plataformas para fins políticos, fazendo chegar informação ou propaganda partidária aos cidadãos, e também para fins económicos e de Marketing, servindo-se sobretudo dos dados produzidos pela própria interacção social, graças ao uso do algoritmo.

Como explicaremos melhor mais adiante, a importância do desafio ético, que aqui se levanta, vai crescendo à medida que os nossos dados e as nossas pesquisas vêm interligados através dos algoritmos gerados, por exemplo, pelas máquinas e redes sociais, a ponto de estes quase conseguirem “ler o nosso pensamento”<sup>28</sup> e os nossos desejos e, até, acabarem por decidir por nós.

Sendo assim, o problema que se coloca é, desde já, como será possível combinar ética e algoritmo?<sup>29</sup> Se as plataformas de comunicação são espaços interactivos, então, as trocas não se realizam apenas entre agentes humanos, mas sim entre humanos e máquinas. Ora, se a máquina é o mediador essencial, como podemos tornar este mediador ético?

A resposta a estas perguntas só pode vir através de uma estratégia educacional abrangente. O professor Bennato (2022), especializado em sociologia dos novos media na Universidade de Catânia, em Itália, é da opinião que:

A primeira coisa à qual se deve pensar é que por detrás de cada informação existe uma estrutura tecnológica. Assim, conhecer e compreender a estrutura técnica destes instrumentos é um pré-requisito para desenvolver um comportamento mais consciente e mais seguro. Depois há outro nível, o do respeito pelos outros: até que ponto é legítimo permitir que uma terceira pessoa saiba o que uma pessoa

---

<sup>28</sup> “Todos nós já tivemos, pelo menos uma vez, a impressão de que as redes sociais nos lêem no pensamento, quase como se nos estivessem a espiar”, escrevem Gabanelli e Ravizza (2023), em *Corriere della Sera*, p. 20. Como tudo isto é possível e se processa, explicam-nos estas jornalistas, fundamentando-se numa pesquisa que realizaram, em Itália, usando dois smartphones: um novo (*virgem de dados*) e outro já em uso. Ambos abrem uma conta (*account*) na plataforma social TikTok, que conta, actualmente, com um total de 1,2 biliões de utentes, dos quais 14,8 milhões em Itália. Tornam-se *followers*. Citamos aqui, como exemplo, um dos três testes realizados por Gabanelli e Ravizza (2023), sempre na rede social TikTok. Ligados à mesma rede Wi-Fi, no telemóvel virgem, procura-se no Google informações sobre uma marca de tecnologia bem conhecida, a Samsung, e aceita-se todos os cookies. No TikTok do telefone usado, a publicidade da Samsung aparece em tempo real. O porquê está na análise do tráfego de dados: para as campanhas via rede, a Samsung envia as informações para a Sprinklr [*empresa de campanhas publicitárias*], que por sua vez é parceira do TikTok. Enfim, resulta evidente neste e nos outros dois testes deste estudo, sem entrarmos em mais detalhes técnicos, que ambos os telefones passam a receber as mesmas publicidades e outras informações de interesse comum, em tempo real, graças ao encruzamento digital dos dados entre as duas contas.

<sup>29</sup> Para um aprofundamento sobre a ética e os algoritmos, aconselha-se a leitura do 7º capítulo da obra de Floridi (2022), intitulado “La mappatura dell’etica degli algoritmi”, pp. 145-176.

está a fazer, por exemplo, divulgando uma foto dela. Temos de pensar sobre a possibilidade de uma ética global sobre a comunicação digital.<sup>30</sup>

Qualquer que seja a reflexão que façamos, teremos de partir sempre do princípio de que, como nos diz Floridi (2022), “*nós* somos e continuaremos a ser o problema, em qualquer futuro previsível, e não a nossa tecnologia” (p. 276).

Sem dúvida que a riqueza e o valor da Internet são indiscutíveis. Contudo, isto não nos impede que se procure desvelar o lado obscuro da mesma. Referimo-nos apenas, aqui, à informação que circula na *Open Web* [*a Internet à qual, habitualmente, todos temos acesso livre*] e que incita ao ódio e à violência, ou que favorece actividades ilegais ou propaga as *fake news*. Recordemo-nos de que cerca de 90 por cento da informação é veiculada, por um lado, através da *Deep Web*, reservada aos governos e às grandes empresas, e, por outro, da chamada *Dark Web*, na qual circula informação não só ilegal, mas até criminosa. Sobre esta categoria de Internet, a *Dark Web*, acessível só através de *software* especializado, diz Grazian (2022):

Na *Dark Web*, está-se à mercê dos perigos típicos da Internet, embora amplificados: fraude, vírus e roubo de identidade. Em países onde o acesso e a navegação são expressamente proibidos, o perigo reside não só na actividade criminosa, mas também em delitos políticos: a *Dark Web* é frequentemente utilizada por activistas e opositores para comunicar, e este seu uso torna a plataforma ilegal. Se tivéssemos de identificar as ameaças mais perigosas a nível social, político e económico difundidas na *Dark Web*, poderíamos seleccionar: a espionagem industrial, o tráfico de droga e o recrutamento de terroristas.<sup>31</sup>

Neste contexto, é imprescindível a reflexão ética para avaliar o impacto que as novas TICs têm na vida social e, em especial, na transformação radical da nossa forma de conceber a realidade. Para compreender a magnitude deste processo, é recomendável a leitura da obra de Floridi (2022). Logo nas primeiras linhas do prefácio do seu livro, o autor começa por destacar quão pervasivo se está a tornar o mundo digital:

Educação, negócios e indústria, viagens e logística, banca, venda a retalho e compras, entretenimento, bem-estar e saúde, política e relações sociais, em suma, a própria vida como a conhecemos hoje, tornaram-se inconcebíveis sem a presença de práticas, produtos, serviços e tecnologias digitais. Quem não se preocupa com uma tal revolução digital, não percebeu ainda a sua magnitude. Estamos a falar de uma nova era da história da humanidade (p. 11).

Para Floridi (2022), “hoje, em qualquer sociedade madura da informação, não vivemos mais online ou offline, mas *onlife*, ou seja, vivemos sempre mais naquele espaço especial, a *infosfera*, que é ininterruptamente analógico e digital, offline e online” (pp. 123-124). Uma realidade inimaginável há bem poucos anos atrás.

---

<sup>30</sup> <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-03/quo-064/1-esigenza-di-un-etica-della-comunicazione.html>.

<sup>31</sup> <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-03/quo-066/viaggio-nel-lato-oscuro-della-rete.html>.



Para aprofundar as dimensões e a complexidade desta “revolução digital”, sugerimos ainda a obra de Foer (2018)<sup>32</sup>, sobretudo porque nos ajuda a perceber o papel dos algoritmos no actual processamento mecânico da informação. Deixa-nos a reflectir seriamente sobre o que os algoritmos já são capazes de combinar, para o bem ou para o mal, em relação à vida pública e privada de cada um dos navegadores de Internet, dos quais também nós fazemos parte. Diz o autor:

Os algoritmos podem ser expressões maravilhosas de raciocínio lógico, podem simplificar as nossas vidas e deixar-nos de boca aberta, podem localizar cópias de tomos obscuros do século XIX em milissegundos, pôr-nos em contacto com amigos da escola primária de quem não ouvimos falar há décadas ou mandar entregar uma encomenda à nossa porta em poucas horas. Muito em breve [o que já é uma realidade], serão capazes de conduzir automóveis sem condutor e localizar tumores que se desenvolvem no interior do nosso corpo. Mas para fazer tudo isto, os algoritmos estão constantemente a reter os nossos dados pessoais e a decidir por nós. O problema é que quando delegamos o pensamento às máquinas, delegamo-lo efectivamente às organizações que as controlam (p. 89).

Aqui, deparamo-nos com dois conceitos-chave, determinantes no mundo actual da comunicação: “dados” e “algoritmos”. Foer (2018), comentando a afirmação, hoje muito recorrente, de que “os dados são o novo petróleo”, alerta-nos, com dezenas de exemplos, para o enorme poder de uns e de outros, na medida em que ambos são capazes de fazer “um retrato” da mente e dos comportamentos da vida de uma pessoa ou de um determinado grupo humano:

‘Dados’ é uma palavra inofensiva, mas representa algo particularmente cruel, porque é o arquivo das nossas acções: o que lemos, o que observamos, onde nos movemos no decorrer de um dia, o que compramos, a nossa correspondência, a pesquisa que fazemos, os pensamentos que começamos a escrever e depois apagamos. (...) Um retrato da mente é algo poderoso porque permite às empresas prever o nosso comportamento e antecipar os nossos desejos. (...) As empresas dominantes são aquelas que, através da monitorização dos nossos movimentos na Internet, criaram os retratos mais completos do nosso povo e têm o poder informático para os interpretar. (...) Deste ponto de vista, os dados não se assemelham ao petróleo, porque enquanto este último é um recurso limitado, os dados são infinitamente renováveis e permitem continuamente que novos monopólios conduzam experiências a fim de poderem antecipar tendências, compreender melhor os clientes e criar algoritmos mais eficazes (pp. 215-216).

Compreende-se, por isso, a razão pela qual Gallone (2022), cognominando o Google de “o rei dos algoritmos”, se pergunte: “Se o poder do algoritmo é assim tão forte, não deveria estar sujeito ao constrangimento da transparência e do controlo público como acontece no mundo da informação ou dos produtos farmacêuticos?”<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Franklin Foer, norte-americano, é um profissional da comunicação com conhecimentos, competências e experiência notáveis, adquiridos não só através do seu ilustre *curriculum* na área do jornalismo, mas também da sua proximidade laboral com os *big* das redes sociais da Silicon Valley, nos EUA, como, por exemplo, Mark Zuckerberg, co-fundador de Facebook. Na citação, o texto em cursivo é nosso.

Cfr. Caprioli, D. M. (2023, 24 de Julho). Rivoluzione digitale – Meraviglie e rischi di un nuovo ambiente umano. *L'Osservatore Romano*, p. 6; acessível também em: <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-07/quo-169/rivoluzione-digitale-meraviglie-e-rischi-di-un-nuovo-ambiente-um.html>.

<sup>33</sup> Sobre o Google, diz Gallone: “Digital, procurar, encontrar. Três verbos, três acções, um nome: Google. (...) Numa só palavra, vastidão.” <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-10/quo-247/buon-compleanno-big-g.html>.

Compreenderemos melhor, mais à frente, a relação de dependência estreita que existe entre dados, algoritmos e IA. Sem os dados, os algoritmos e a IA não vão a lado nenhum. Por exemplo, no que respeita à IA, diz Floridi (2022), “são os dados que determinam o seu âmbito de aplicação e o grau de sucesso” (p. 68).

Aqui, podemos já relevar que a protecção dos dados pessoais é uma das grandes preocupações dos países da União Europeia. Prova disso é o novo Regulamento Europeu de Protecção de Dados<sup>34</sup> (na sigla em inglês, GDPR – *EU General Data Protection Regulation*) que entrou em vigor a 25 de Maio de 2018.

Quem, como nós, nasceu na era da informação impressa – dos livros, jornais e revistas – continua a valorizá-la, sobretudo porque, entre outras vantagens, os nossos dados e a nossa privacidade estão protegidos, isto é, fora do alcance dos poderes de controlo dos grandes monopólios. “Quando lemos as palavras escritas em papel, estamos livres de notificações, bips e outros alertas urgentes que nos distraem dos nossos pensamentos; a página permite-nos, por uma vez, dissociar-nos da máquina e atender ao nosso núcleo humano” (Foer, 2022, p. 263). Entretanto, a pergunta que se coloca é até quando será viável ou sustentável, sobretudo desde o ponto de vista económico e ambiental, a existência da informação impressa.

Todavia, recordemo-nos de que as novas TICs e a comunicação digital em geral<sup>35</sup> também não estão isentas de um impacto nocivo no meio ambiente<sup>36</sup>, nomeadamente na emissão de carbono e gases de efeito estufa, no consumo enorme e constante de água e de energia, na poluição proveniente do descarte dos materiais dos dispositivos.

#### **4. A inteligência artificial (IA)**

Já dissemos atrás que a transformação epocal, gerada pela revolução digital (ainda em curso), suscita dúvidas e preocupações, mas também aponta para oportunidades extraordinárias. Por exemplo, a IA já se tornou num bem necessário para a humanidade e, em alguns contextos, até indispensável. Agora,

---

<sup>34</sup> [https://commission.europa.eu/law/law-topic/data-protection/data-protection-eu\\_pt](https://commission.europa.eu/law/law-topic/data-protection/data-protection-eu_pt). O Regulamento (UE) 2018/1725 – em seguimento ao Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de Abril de 2016 – estabelece as regras aplicáveis ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União Europeia, em consonância com o Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados e com a Directiva sobre a Protecção de Dados na Aplicação da Lei.

<sup>35</sup> Por exemplo, a IA tem um sério impacto nas alterações climáticas, como veremos a seguir. Contudo, para uma maior informação, leia-se Floridi (2022), capítulo 12, intitulado “Il gambetto: l’impatto dell’IA sul cambiamento climatico”, pp. 297-317, no qual o autor, sobre este tema, defende que serão necessárias políticas justas para mantermos a pegada ecológica sob controlo: “Manter a pegada ecológica da IA sob controlo depende das medições sistemáticas e precisas e dos constantes incrementos de eficiência energética em relação ao aumento da procura global. (...) As políticas justas são cruciais” (pp. 316-317).

<sup>36</sup> Cfr., por exemplo: “Os impactos ambientais da tecnologia da informação e comunicação”, em <https://pagina22.com.br/2019/03/08/os-impactos-ambientais-da-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/>; e “Cinco impactos da tecnologia no meio ambiente e como evitá-los”, em <https://www.techtudo.com.br/noticias/2022/02/cinco-impactos-da-tecnologia-no-meio-ambiente-e-como-evita-los.ghtml>.

o que compete ao ser humano, perante esta realidade, é velar para que este bem, a IA, não venha a ser usado para fins maléficis ou imorais. Uma faca é um bem útil e necessário, mas tanto pode ser usada para fazer o bem como o mal<sup>37</sup>. Referindo-se às inovações digitais, Floridi (2022) insiste que o problema fundamental não está na “inovação”, mas na sua boa “*governance*”, isto é, no modo como a administramos: “Não é a inovação digital o que mais conta, mas a *governance* do digital, e aquilo que fazemos dela” (p. 124). Para este autor, a “*governance* digital” inclui uma conjugação estreita com a “ética digital” e a “regulamentação digital”.

Se reflectirmos em termos históricos, constatamos que, após cada uma das grandes inovações tecnológicas no âmbito dos meios de comunicação social – desde a Imprensa de Guttenberg (1440), ao Telefone (1876), ao Cinema (1895), à Rádio (1896), à Televisão (1927), e à Internet (WWW, 1991) –, o principal interrogativo ético tendia a focalizar-se, substancialmente, no facto de essa inovação poder abrir portas também para fazer mal.

Nesta ordem de ideias, os receios éticos relacionados com as actuais potencialidades da IA são compreensíveis e justificáveis, na medida em que ainda não temos a segurança, sobretudo legal, de que a IA servirá substancialmente para melhorar a qualidade da vida humana e do seu *habitat*, sem os condicionar ou manipular. Segundo Floridi (2022), para respondermos cabalmente ao ritmo veloz do progresso tecnológico e da evolução digital a que estamos a assistir, serão necessárias “políticas concretas e construtivas”, capazes de “garantir os benefícios e atenuar os riscos da IA, para todos e para o mundo que partilhamos” (p. 295). Na perspectiva optimista de Floridi (2022), é possível ainda moldar a actual revolução digital numa direcção mais positiva, seja em benefício da humanidade como do planeta. Para tal, este mesmo autor considera crucial conhecer e compreender as inovações tecnológicas, a sua natureza e os seus principais desafios éticos.

Hoje, já não podemos prescindir da IA no tipo de sociedade que estamos a construir, como diz Pasqualetti (2022), professor da Faculdade de Ciências da Comunicação Social da Pontifícia Universidade Salesiana, em Roma:

O rápido desenvolvimento do poder dos microprocessadores e a expansão progressiva da transferência de dados favoreceram também a aceleração da implementação de sistemas de inteligência artificial (IA) que transformam os nossos dispositivos em algo mais do que um simples objecto: não somos apenas nós que interagimos com eles, são eles que nos instigam à interacção. (...) A IA é indispensável para uma sociedade complexa como a que estamos a construir. Sem dúvida que traz consigo a questão da sua utilização ética, mas esta é uma questão que não pode ser imputada à tecnologia, é puramente humana e deve ser implementada na fase de concepção.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Floridi (2022) descreve, em detalhe, tanto as más como as boas práticas no uso da IA, respectivamente, nos capítulos 8º, intitulado “Cattive pratiche: l’uso improprio dell’IA per il male sociale”, pp. 177-220; e 9º, intitulado “Buone pratiche: l’uso dell’IA per il bene sociale”, pp. 221-258. Recomendável é, igualmente, o capítulo 11, intitulado “La società per la buona IA”, pp. 279-296.

<sup>38</sup> <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/il-sabato-sia-al-servizio-dell-uomo-non-viceversa.html>

Um dos sistemas de IA que mais tem despertado o interesse científico, desde que foi disponibilizado ao grande público em Novembro de 2022, é o ChatGPT (sigla em inglês para *Chat Generative Pre-trained Transformer*)<sup>39</sup>.

Actualmente, de entre as principais questões éticas relacionadas com o ChatGPT, poderemos enumerar as seguintes: a verdade dos conteúdos das respostas obtidas – quem fez a experiência, pode confirmar como muitas vezes são falsos, incompreensíveis ou mesmo contraditórios –; a potencial ameaça à privacidade dos utilizadores, ou seja, o uso abusivo dos dados pessoais que o ChatGPT da plataforma OpenAI pode vir a utilizar para outros fins; e os riscos de se violar os direitos de autor. Adiante, apresentaremos mais detalhadamente as normativas já adoptadas pelo Parlamento Europeu, em 14 de Junho de 2023, e pelos Estados Unidos da América (EUA) e os directores-executivos das sete maiores companhias norte-americanas líderes em IA, no dia 21 de Julho de 2023.<sup>40</sup>

Para o professor universitário Panão (2023), o ChatGPT, capaz de produzir informação de forma bastante coerente, “poderá gerar uma tecnofilia cujos efeitos sobre a nossa saúde mental e espiritual são ainda desconhecidos” (p. 11). Por sua vez, Longo (2023) aponta para outros “riscos desta inovação”<sup>41</sup>, como, por exemplo, o impacto sobre o trabalho – diminuição de postos de trabalho –, a produção e a divulgação de informação conspiracionista, destinada à desinformação, sobretudo no campo da política e dos preconceitos sobre minorias, além dos problemas já referidos da privacidade e dos direitos de autor.

---

<sup>39</sup> O software ChatGPT é um sistema de inteligência artificial generativa, lançado pela OpenAI, graças a um grupo de investidores norte-americanos, de entre os quais o mais poderoso é a Microsoft. Trata-se de um programa, ou melhor, de uma ferramenta de pesquisa que, graças a uma complexa conexão composta de algoritmos, nos permite estabelecer um diálogo (Chat), através do qual podemos obter respostas automatizadas às mais diversas perguntas das áreas dos saberes, tirar dúvidas ou resolver problemas. A informação obtida, como não poderia deixar de ser, é aquela que se encontra disponível nas mais diversas bases de dados, na Internet. No entanto, as maiores preocupações éticas devem-se ao facto de que a IA começa a atingir a capacidade de se desenvolver autonomamente, ou seja, independentemente do controlo humano. O certo é que esta inovação, ainda em processo de desenvolvimento, trará, sem dúvida, grandes benefícios práticos à humanidade, mas também muitos riscos e temores sobre a fiabilidade científica e ética da informação obtida. A questão é que a IA “está a chegar a todo o lado”, como diz Gaggi (2023): “Desde a criação de textos e imagens à videovigilância, do reconhecimento facial aos sistemas preditivos, a inteligência artificial está a chegar a todo o lado, desde a política (sistemas que analisam as ideias, crenças e capacidades económicas dos eleitores singularmente) à justiça (os sistemas *smart court* dos tribunais chineses) e até à pornografia.” (Gaggi, 5 de Fevereiro 2023, p. 13).

<sup>40</sup> Para ter uma visão sinóptica dos principais documentos e princípios éticos sobre a IA, publicados internacionalmente entre 2017 e 2020, recomenda-se a leitura do 4º capítulo da obra de Floridi (2022), intitulado “Un quadro unificato di principi etici per l’IA”, pp. 91-105. De igual modo, para identificar os principais riscos de comportamentos contrários à ética da IA, leia-se o 5º capítulo, intitulado “Dai principi alle pratiche: i rischi di comportamenti contrari all’etica”, pp. 107-121.

<sup>41</sup> Longo, A. (2023), Rischi dell’innovazione. Cospirazionismo versione chatbot. *L’Espresso*, p. 78-80. Cfr. Longo, A. (2023), L’algoritmo va governato o spazzerà via il lavoro. *L’Espresso*, p. 80-81; Deen, T. (2023). AI ChatGPT Responds to UN’s Proposed Code of Conduct to Monitor Artificial Intelligence: <https://www.ipsnews.net/2023/06/ai-chatgpt-responds-uns-proposed-code-conduct-monitor-artificial-intelligence/>.

Alguns autores, por exemplo Gallone (2023)<sup>42</sup> e Chomsky (2023), sublinham também o risco de a IA contribuir para a perda do “pensamento crítico”. Chomsky (2023), reconhecido filósofo e linguista norte-americano, opinando sobre o ChatGPT num artigo no *New York Times*, afirma que “esta inteligência artificial é o ataque mais radical ao pensamento crítico”<sup>43</sup>, censurando o modo como a IA usa os algoritmos para nos dar conteúdos à nossa medida e *chatbots* (acrónimo de *chat* e *robot*) para simular a comunicação humana, contribuindo, deste modo, para a inactividade analítica e criativa do ser humano.

Contudo, não temos outra opção senão aprender a usar os sistemas de IA, porque, cada vez mais, passarão a fazer parte da nossa vida quotidiana. Estamos a passar, diz Moura (2023), por uma verdadeira “revolução cultural” que não vai passar, mas sim acelerar-se:

A cultura humana está em vias de ser substituída por uma cultura de IA. A gestão cultural, empresarial e política começa a sofrer a forte concorrência da inteligência das máquinas. O pior que se pode fazer é pensar que isto é uma moda que passa. Não vai passar. Vai acelerar-se (p. 25).

E pensemos que o ChatGPT é só um de entre vários outros programas análogos concorrentes, já no mercado. Enfim, estamos apenas a ver a ponta do iceberg de uma batalha pelo desenvolvimento de tecnologias inteligentes, cada vez mais sofisticadas, que nos obrigarão a repensar a forma como organizamos muitas das nossas actividades humanas a todos os níveis. Apesar disso, consideramos importante que fique claro, desde já, que o ChatGPT pode parecer-nos inteligente, mas não o é. “A inteligência não é artificial”<sup>44</sup>.

A IA não é um assunto só para adultos. Também os jovens se interrogam sobre as vantagens e desvantagens do poder da IA. Por exemplo, uma estudante de medicina alemã, citada por Contiero (2023), diz que é obvio que:

Tudo tem de ser controlado pelo ser humano: os sistemas informáticos, por muito eficientes que sejam, continuarão a ser máquinas, e não é possível pensar em substituir coisas como a empatia, a ternura e a bondade que dão ao doente uma certa confiança na terapia a seguir (p. 6).

Sobre a relação entre a inteligência humana e a “inteligência das máquinas”, segundo Denis Roio, citado por Aquilino (2022), há uma pergunta fundamental que nos devemos pôr: “Estamos a trabalhar para que as máquinas compreendam os seres humanos ou para que os seres humanos compreendam

---

<sup>42</sup> Cfr. Gallone, G. (2023, 22 de Setembro). ChatGPT deve aiutarci a essere più umani. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-09/quo-218/chat-gpt-deve-aiutarci-a-essere-piu-umani.html>.

<sup>43</sup> <https://www.nytimes.com/2023/03/08/opinion/noam-chomsky-chatgpt-ai.html>.

<sup>44</sup> Para aprofundar esta matéria, recomenda-se a leitura da prestigiada publicação mensal *LIMES* – Revista Italiana de Geopolítica –, n.º 12/2022, cujo tema de capa é “L’intelligenza non è artificiale” (A inteligência não é artificial), na qual mais de duas dezenas de especialistas das várias áreas do conhecimento escrevem, de diversos pontos de vista, sobre múltiplos argumentos técnico-científicos directamente relacionados com a IA.

as máquinas?”<sup>45</sup>. O desafio que temos diante, nós humanos, parece bastante evidente: ou aprendemos a dominar a IA ou deixar-nos-emos dominar por ela. Em suma, concordamos com Masci (2022), quando conclui que a inteligência humana será sempre o instrumento mais eficaz, ou melhor, o “dom indispensável e insubstituível para analisar o comportamento da rede”.<sup>46</sup>

Também Quintana (2023) nos alerta para a insubstituível responsabilidade humana no uso da tecnologia, referindo-se ao problema ético na IA:

O problema da ética na inteligência artificial revela (...) as limitações da confiança na tecnologia: quando acreditamos que a tecnologia serve para melhorar a vida humana, estamos implicitamente a acreditar que a tecnologia é capaz de melhorar moralmente a vida humana, que a moralidade da tecnologia é superior à da humanidade. Transferimos para as máquinas o que é da nossa exclusiva responsabilidade. Este é um erro antigo. (...) O problema do bem e do mal não se pode delegar à tecnologia (p. 22).

Idêntica preocupação manifestou o Papa Francisco, referindo-se à relação real entre a IA, a vida humana e os algoritmos, no seu discurso aos participantes do encontro “*AI Ethics: An Abrahamic commitment to the Rome Call*”, no Vaticano: “Não é aceitável que a decisão sobre a vida e o destino de um ser humano seja confiada a um algoritmo”<sup>47</sup>. O Santo Padre concluiu esta sua intervenção fazendo um apelo à necessidade de se continuar a promover uma “antropologia digital”, baseada em três coordenadas fundamentais: “a ética, a educação e o direito”.

Do mesmo modo, Francesca Di Giovanni, subsecretária para o Sector Multilateral da Secção para as Relações com os Estados e as Organizações Internacionais do Vaticano e chefe da delegação da Santa Sé, apontava na sua intervenção na cimeira de Haia sobre a utilização da IA no âmbito militar, realizada no dia 16 de Fevereiro de 2023, para a “*contradictio in terminis*” quando se fala de “IA responsável”, porque, esclareceu, “tais sistemas não podem pensar, sentir, decidir ou assumir ‘responsabilidade’ pelas suas acções, uma vez que carecem de agência moral”<sup>48</sup>. Portanto, uma chamada de atenção para o facto de que a IA é priva dos valores que determinam o agir humano, tais como, por exemplo, a liberdade, a consciência e a responsabilidade. Podemos facilmente imaginar quantos riscos éticos comporta a utilização da IA – por exemplo, através dos robôs humanóides,

---

<sup>45</sup> <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/per-un-etica-dei-sistemi-e-delle-applicazioni.html>. Sobre a ética relacionada com este binómio “máquina e IA”, detém-se, longamente, Floridi (2022), no capítulo 10º, intitulado “Macchine ultra-intelligenti, singolarità e altre distrazioni fantascientifiche”, pp. 259-277.

<sup>46</sup> <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/ripartire-dall-alfabetizzazione-informatica.html>: Diz o autor: “A inteligência humana é um dom indispensável e insubstituível para analisar o comportamento da rede. Os mecanismos de segurança são um apoio valioso, mas para certos tipos de ataques, como os ataques de 0-day (ataques novos e desconhecidos para os sistemas de protecção), será necessária uma equipa interdisciplinar de peritos que detectam os comportamentos anómalos.” Masci (2022).

<sup>47</sup> <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-01/quo-007/la-vita-di-un-uomo-non-puo-essere-affidata-a-un-algoritmo.html>.

<sup>48</sup> <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-02/quo-042/1-intelligenza-artificiale-sia-al-servizio-dell-umana-e-dello.html>.

*drones*, e por aí adiante –, em conflitos armados: os algoritmos podem falsificar dados com erros de identificação biométrica ou não fazer uma avaliação correcta da situação em causa.

A confirmar a seriedade dos riscos que a IA pode trazer para a humanidade é a carta aberta que alguns peritos em inteligência artificial assinaram, em Março de 2023, entre os quais constam nomes proeminentes, como os de Elon Musk e Steve Wozniak, na qual pedem uma pausa no desenvolvimento de novos sistemas de IA.

Um grupo de especialistas e líderes da indústria tecnológica, que incluem Elon Musk e o co-fundador da Apple, Steve Wozniak, partilharam uma carta aberta a apelar a uma pausa de seis meses no desenvolvimento de experiências com inteligência artificial que queiram copiar e melhorar o que o GPT-4 faz. Trata-se do modelo mais recente do laboratório de inteligência artificial da OpenAI, utilizado pelo programa ChatGPT para produzir textos, programar e analisar imagens como um ser humano.<sup>49</sup>

Gaggi (2023), no início do mês de Maio, informava o porquê de Geoffrey Hinton se ter demitido da sua responsabilidade científica na Google, citando as suas próprias palavras: “Fui eu quem criou a inteligência artificial. Mas agora estou a ver os riscos.”<sup>50</sup> Na mesma página e no mesmo artigo, Gaggi (2023) cita algumas declarações de grandes génios das tecnologias digitais, que podem ajudar à nossa reflexão.

Por exemplo, o testemunho de Chamath Palihapitiya, engenheiro e ex-vice-presidente de Facebook, que diz estar convencido de ter desenvolvido tecnologias que podem “danificar o tecido social” e, confessa, “se te tornaste dependente dos *likes*, a culpa é minha: eu ajudei a criá-los”; de Antonio García Martínez: “Se, ao navegares na Internet, fores bombardeado com publicidade sobre um objecto de que estás a pesquisar, culpa-me a mim: quem me dera não ter desenvolvido estas técnicas”; de Tristan Harris, ex-especialista de Google: “Facebook e Google provocam pesadas consequências negativas, a longo prazo”; de Evan Williams, co-fundador do Twitter: “Acreditava que dar mais liberdade era suficiente para criar um mundo melhor. Enganei-me”; de Roger McNamee: “Fiquei rico

---

<sup>49</sup> Pequenino, K. (2023), Musk e especialistas apelam a pausa no desenvolvimento de inteligência artificial. “Há riscos para a sociedade”. *Público*: [https://www.publico.pt/2023/03/29/tecnologia/noticia/musk-especialistas-apelam-pausa-desenvolvimento-inteligencia-artificial-ha-riscos-sociedade-2044251?utm\\_source=notificacions&utm\\_medium=web&utm\\_campaign=2044251](https://www.publico.pt/2023/03/29/tecnologia/noticia/musk-especialistas-apelam-pausa-desenvolvimento-inteligencia-artificial-ha-riscos-sociedade-2044251?utm_source=notificacions&utm_medium=web&utm_campaign=2044251).

No dia 30 de Maio de 2023, um alarme ainda mais explosivo foi tornado público, através de uma outra inquietante carta aberta – assinada por 350 empresários, investigadores e especialistas neste domínio, de entre os quais Sam Altman, da OpenAI, Geoffrey Hinton, que abandonou a Google para se sentir livre de falar sobre as insídias destas novas tecnologias, Demis Hassabis, co-fundador da DeepMind e homem-chave da IA da Google, e Dario Amodei, da empresa Anthropic –, na qual se alerta para uma possível ameaça à sobrevivência da humanidade, por culpa da IA, e se apela aos sistemas políticos e sociais a tomarem medidas para evitar uma catástrofe: “Mitigar o risco de extinção às mãos da IA deve ser uma prioridade global, a par de outros riscos à escala social, como as pandemias e a guerra nuclear.” Citado por Pisa (2023), *La Repubblica*, 31 de Maio de 2023, p. 15; e Gaggi (2023), *Corriere della Sera*, 31 de Maio de 2023, p. 15.

<sup>50</sup> Gaggi, M. (2023, 3 de Maio). Lo scienziato Hinton: sono stato io a creare l’intelligenza artificiale. Ma ora ne vedo i rischi. *Corriere della Sera*, p. 15.

com Google e Facebook, mas agora vejo que estas redes sociais criam dependências como o álcool, a nicotina ou a heroína”.

A preocupação ética pelos riscos da IA não é exclusiva dos especialistas dos sistemas informáticos, mas também dos políticos, dos governos e da própria Igreja católica. Não é por acaso que, na primeira semana de Maio de 2023, alguns dos mais importantes directores executivos das empresas tecnológicas norte-americanas estiveram reunidos na Casa Branca para discutir os riscos e as oportunidades dos sistemas de IA. Na ocasião, a Vice-Presidente dos EUA, Kamala Harris, recordou aos responsáveis da Google, da Microsoft, da OpenAI e de outras grandes empresas tecnológicas que têm o “dever moral”<sup>51</sup> de fornecer aos clientes produtos seguros e reiterou as preocupações de muitos observadores sobre o rápido avanço de sistemas – como a ChatGPT – que podem ter um grande impacto na sociedade.

Para vir ao encontro destas inquietações, os países da União Europeia (UE) e os EUA propuseram-se a elaborar conjuntamente um “código de conduta” para regular as actividades das *Big Techs* no que diz respeito à evolução da IA, propondo algumas normas a aplicar numa base voluntária. Em breve, deveria estar pronto um primeiro esboço deste “código de conduta”.<sup>52</sup> A anunciá-lo foram o Secretário de Estado norte-americano Antony Blinken e a Comissária europeia Margrethe Vestager, no Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA, no dia 31 de Maio de 2023, na Suécia.

Entretanto e de inspiração cristã, foi publicado o Guia intitulado “Ética na Era das Tecnologias Disruptivas: Um Guia Operacional” (*Ethics in the Age of Disruptive Technologies: An Operational Roadmap*)<sup>53</sup>, que resulta de uma colaboração entre o Dicastério para a Cultura e a Educação do Vaticano e o Centro Markkula de Ética Aplicada, da Universidade de Santa Clara (*Santa Clara University’s Markkula Center for Applied Ethics*) dos Jesuítas, na Califórnia. Este Guia – acessível desde Junho de 2023 – oferece às organizações um plano estratégico para melhorar as práticas de gestão ética, capacitando-as para navegar no complexo panorama das tecnologias disruptivas, como é o caso da IA, baseando-se sempre em padrões éticos sólidos.

Além disso, o tema escolhido pelo Papa Francisco para o 58º Dia Mundial das Comunicações Sociais, que se celebrará em 2024, terá como tema “Inteligência artificial e sabedoria do coração: por uma comunicação plenamente humana”<sup>54</sup>, segundo anunciou a Sala de Imprensa do Vaticano, no dia 29

---

<sup>51</sup> <https://www.ilpost.it/2023/05/10/intelligenza-artificiale-chatgpt-deep-learning/>.

<sup>52</sup> Tito, C. (2023, 1 de Junho). IA, il primo passo di Europa e Usa. “Pronto un regolamento comune”. *La Repubblica*, p. 15.

<sup>53</sup> Este Guia está disponível no site do Instituto de Tecnologia, Ética e Cultura (na sigla em inglês, ITEC – *Institute for Technology, Ethics and Culture*). O ITEC nasce de uma parceria entre o Vaticano e o Centro Markkula. Cfr. link: <https://www.scu.edu/ethics/media-mentions/stories/the-vatican-wrote-a-handbook-on-ai-ethics.html>.

<sup>54</sup> <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2023/09/29/0678/01493.html>.



de Setembro de 2023. Para o Santo Padre, diz o mesmo comunicado, será importante “orientar a inteligência artificial e os algoritmos, de modo que haja em todos nós uma consciência responsável no uso e no desenvolvimento dessas diferentes formas de comunicação, que acompanham as das redes sociais e da internet. A comunicação deve ser orientada para uma vida mais plena da pessoa humana”. O comunicado sublinha também que “a evolução dos sistemas de inteligência artificial torna cada vez mais natural a comunicação através e com as máquinas, de tal modo que se tornou cada vez mais difícil distinguir o cálculo do pensamento, a linguagem produzida por uma máquina daquela gerada pelos seres humanos”. Por fim, salienta ainda que, “como todas as revoluções, também esta baseada na inteligência artificial coloca novos desafios para que as máquinas não contribuam para espalhar um sistema de desinformação em larga escala e não aumentem a solidão daqueles que já estão sós, privando-nos do calor que só a comunicação entre pessoas pode dar”.

Também o Parlamento Europeu – depois de um longo processo legislativo, iniciado em 2019, que culminou com a aprovação de dois importantes regulamentos, em Julho de 2022: o Regulamento dos Serviços Digitais (na sigla em inglês, DSA – *Digital Services Act*) e o Regulamento dos Mercados Digitais (na sigla em inglês, DMA – *Digital Markets Act*)<sup>55</sup> – adoptou, a 14 de Junho de 2023, a versão final da proposta de lei para a inteligência artificial<sup>56</sup>, subdividida segundo os níveis de risco (risco inaceitável, risco elevado, e risco limitado):

Risco inaceitável. Os sistemas de IA de risco inaceitável são sistemas considerados uma ameaça para as pessoas e serão proibidos. Estes sistemas incluem: manipulação cognitivo-comportamental de pessoas ou grupos vulneráveis específicos como, por exemplo, brinquedos ativados por voz que incentivam comportamentos perigosos nas crianças; pontuação social, isto é, classificação de pessoas com base no comportamento, estatuto socioeconómico, características pessoais; sistemas de identificação biométrica em tempo real e à distância, como o reconhecimento facial. Podem ser permitidas algumas exceções. Por exemplo, os sistemas de pós-identificação biométrica à distância, em que a identificação ocorre após um atraso significativo, só serão permitidos para a repressão de crimes graves e após aprovação do tribunal.

Risco elevado. Os sistemas de IA que afetam negativamente a segurança ou os direitos fundamentais serão considerados de elevado risco e serão divididos em duas categorias. (1) Sistemas de IA que são utilizados em produtos abrangidos pela legislação da UE em matéria de segurança dos produtos. Isto inclui brinquedos, aviação, automóveis, dispositivos médicos e elevadores. (2) Sistemas de IA que se enquadram em oito áreas específicas que terão de ser registados numa base de dados da UE: identificação biométrica e categorização de pessoas singulares; gestão e funcionamento de infraestruturas essenciais; educação e formação profissional; emprego, gestão dos trabalhadores e acesso ao trabalho por conta própria; acesso e usufruto de serviços privados essenciais e de serviços e benefícios públicos; aplicação da lei; gestão da migração, do asilo e do controlo das fronteiras; e

---

<sup>55</sup> Para aprofundar, consulte-se o Regulamento dos Serviços Digitais (*Digital Services Act*) em <https://digital-strategy.ec.europa.eu/pt/policies/digital-services-act-package> e <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52020PC0825>; e o Regulamento dos Mercados Digitais (*Digital Markets Act*) em [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets\\_pt](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets_pt) e [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets\\_en](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/digital-markets-act-ensuring-fair-and-open-digital-markets_en).

<sup>56</sup> “Lei da UE sobre IA: primeira regulamentação de inteligência artificial”. Recuperado em <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20230601STO93804/lei-da-ue-sobre-ia-primeira-regulamentacao-de-inteligencia-artificial>.

assistência na interpretação jurídica e na aplicação da lei. Todos os sistemas de IA de risco elevado serão avaliados tanto antes de serem colocados no mercado como durante todo o seu ciclo de vida.

Risco limitado. Os sistemas de inteligência artificial de risco limitado devem cumprir requisitos mínimos de transparência que permitam aos utilizadores tomar decisões informadas. Depois de interagir com as aplicações, o utilizador pode decidir se quer continuar a utilizá-las. Os utilizadores devem ser alertados para o facto de estarem a interagir com a IA. Isto diz respeito também aos sistemas de IA que geram ou manipulam conteúdos de imagem, áudio ou vídeo (por exemplo, os *deepfakes*).<sup>57</sup>

O que o Parlamento Europeu pretende com a legislação sobre a IA “é garantir que os sistemas de IA utilizados na UE sejam seguros, transparentes, rastreáveis, não discriminatórios e respeitadores do ambiente. Os sistemas de IA devem ser supervisionados por pessoas, em vez de serem automatizados, para evitar resultados prejudiciais”<sup>58</sup>. Sobre a transparência, por exemplo, obriga as ferramentas de IA generativa, como o ChatGPT, a cumprir os seguintes requisitos: “divulgar que o conteúdo foi gerado pela IA; conceber o modelo para evitar que este gere conteúdos ilegais; e publicar resumos dos dados protegidos por direitos de autor utilizados para a formação”.<sup>59</sup>

Em relação aos EUA, o presidente Joe Biden reuniu-se no dia 21 de Julho de 2023, na Casa Branca, com os directores-executivos das sete maiores companhias norte-americanas líderes em IA – Amazon, Google, Meta, Microsoft, OpenAi, Inflection, e Anthropic –, no sentido de chegarem a um acordo de cooperação mútua no controlo e segurança das suas actividades relacionadas com a IA. Na ocasião, Biden, citado por Mastrolilli (2023), foi peremptório ao afirmar: “Devemos estar lúcidos e vigilantes em relação às ameaças que as tecnologias emergentes possam representar – não devem, mas podem representar – para a nossa democracia e os nossos valores. Esta é uma grave responsabilidade. Temos de a gerir bem”<sup>60</sup>. No final do encontro, os CEOs (sigla inglesa para *Chief Executive Officer*) das sete empresas assumiram seis compromissos, que, num futuro próximo, poderão inspirar os partidos do Congresso dos EUA, na elaboração de leis e regulamentos relacionados com a IA:

Realizar testes sobre a segurança dos produtos, em parte confiados a peritos independentes; partilhar informações com o governo e os gestores de risco; garantir que os consumidores possam identificar facilmente os conteúdos produzidos pela IA; tornar públicas regularmente as capacidades e limitações dos seus sistemas; fornecer à sociedade ferramentas para enfrentar os seus desafios mais graves, desde as alterações climáticas à cura de doenças como o cancro; e realizar investigação sobre os riscos de privacidade e discriminação.<sup>61</sup>

No dia 13 de Setembro de 2023, o Senado de Washington, para ajudar a concretizar as intenções da Casa Branca acima citadas, deu um passo ulterior ao reunir um painel de mais de 22 empreendedores líderes em IA – cujo património pessoal complexivo é calculado em mais de 500 mil milhões de US

---

<sup>57</sup> *Ibidem*.

<sup>58</sup> *Ibid*.

<sup>59</sup> *Ibid*.

<sup>60</sup> Mastrolilli, P. (2023, 22 de Julho). I giganti del tech americano da Biden. Primo accordo sulle regole dell’IA. *La Repubblica*, p. 15.

<sup>61</sup> *Ibidem*.

dólares –, com o objectivo de adquirir os conhecimentos úteis para regular a IA, o que demonstra, positivamente, uma “mudança de clima nas relações entre a política e o mundo da tecnologia”<sup>62</sup> nos EUA. Neste encontro, ainda segundo Gaggi (2023), de entre as questões mais complexas a resolver, será como conjugar a limitação dos riscos (desinformação, sabotagens, conteúdos tóxicos) sem penalizar “a liberdade universal de acesso às novas tecnologias”<sup>63</sup>.

Tendo em vista o futuro (incerto) que nos espera, concordamos com Floridi (2022), quando nos diz que “deveríamos preocupar-nos com a verdadeira estupidez humana, não com a IA imaginária, e concentrar-nos sobre os desafios reais que a IA levanta” (p. 276). Nesta óptica, o autor nomeia cinco desafios, dando a todos, porém, igual importância:

Deveríamos tornar a IA adequada ao ambiente; deveríamos tornar a IA adequada aos seres humanos; deveríamos colocar a estupidez da IA ao serviço da inteligência humana; deveríamos colocar o poder preditivo da IA ao serviço da liberdade e da autonomia; deveríamos fazer com que a IA nos torne mais humanos.<sup>64</sup>

O termo “conclusão”, que usamos a seguir, em *stricto sensu* não será o mais adequado, embora necessário, para pôr fim a este estudo. Estamos conscientes de que ainda muito ficou por dizer e de que, a curto prazo, muitas serão as inovações técnicas e as novidades éticas sobre as quais teremos de manter vivo o nosso interesse pessoal e a nossa curiosidade académica.

## Conclusão

É desde meados dos anos 80, do século passado, que nos interessamos pelo problema ético, relacionado com as TICs, o qual, como demonstra este estudo, nunca deixou de perder interesse e actualidade. Ao longo destes anos, o exercício profissional, nesta área, foi-nos revelando a necessidade de manter uma reflexão contínua e acurada, no sentido de poder dar uma resposta sempre mais adequada aos desafios éticos emergentes no âmbito da informação e da comunicação.

---

<sup>62</sup> Gaggi, M. (2023, 15 de Setembro). Intelligenza artificiale, i “re” del tech discutono sulle regole. *Corriere della Sera*, p. 15.

<sup>63</sup> *Ibidem*.

<sup>64</sup> Aqui, publicamos o texto completo dos cinco desafios, elencados por Floridi (2022): Em primeiro lugar, deveríamos tornar a IA adequada ao ambiente. Precisamos das tecnologias mais *smart* que podemos construir para enfrentar os males muito concretos que oprimem a humanidade e o nosso planeta, desde as catástrofes ambientais e sanitárias às crises financeiras, da criminalidade ao terrorismo e à guerra, à carestia, à pobreza, à ignorância, à desigualdade e a padrões de vida terríveis. Em segundo lugar, deveríamos tornar a IA adequada aos seres humanos. Parafraçando Kant, a IA deveria ser usada para tratar as pessoas sempre como fins e nunca como meros meios. Em terceiro lugar, deveríamos colocar a estupidez da IA ao serviço da inteligência humana. Vimos que milhões de empregos serão transformados, eliminados e criados; os benefícios desta transformação deveriam ser partilhados por todos, enquanto os custos deveriam ser suportados pela sociedade. Em quarto lugar, deveríamos colocar o poder preditivo da IA ao serviço da liberdade e da autonomia. A comercialização de produtos, a influência sobre os comportamentos, os empurrões gentis dados às pessoas ou a luta à criminalidade e ao terrorismo nunca deveriam pôr em causa a dignidade humana. E, finalmente, deveríamos fazer com que a IA nos torne mais humanos. O risco grave é que podemos utilizar mal, usar demasiado ou demasiado pouco, as nossas tecnologias *smart* em prejuízo da maior parte da humanidade e de todo o planeta (p. 276-277).

Nesta linha de pensamento, o que aqui acabamos de escrever não é mais do que uma reflexão pessoal, sem quaisquer pretensões, enriquecida pelas opiniões de vários autores, sobre os que consideramos ser os maiores desafios éticos da informação e da comunicação, nestas primeiras duas décadas do século XXI.

Consideramos que deve continuar a preocupar-nos o facto de que ao notável aumento da circulação da informação – tendo em conta, sobretudo, o papel das redes sociais que permitiram a qualquer sujeito se tornar ele próprio produtor de informação – não tenha equivalido, como se poderia e deveria esperar, a uma melhoria na qualidade e na fiabilidade da informação.

Por isso, a nossa tese foi e continuará a ser que, num mundo tecnológico em que “a conexão humana é condição constitutiva das nossas vidas colectivas”, a via melhor e mais eficaz para assimilar e garantir os valores éticos, nesta área da comunicação, passará, forçosamente, por uma educação séria e global tanto a nível académico de base como de formação permanente. Não é difícil constatar que, quanto mais fraca é esta educação, maior é a falta de pensamento crítico, o qual, na verdade, só uma boa formação permanente no-lo poderá facultar.

Portanto, educarmo-nos à ética e à informação e comunicação, em geral, significa, antes de mais, educarmo-nos a nós próprios a pensar e a discernir com sentido crítico. Por outras palavras, significa educarmo-nos à procura da verdade que, hoje e sempre, permanece o objectivo ao qual nunca deveremos renunciar, qualquer que seja a circunstância ou o lugar geográfico onde nos encontrarmos.

É claro que compete também às instituições – públicas e privadas, civis e religiosas – e aos governos, de modo muito particular, garantir a literacia da informação, fornecendo aos cidadãos – a quem informa e a quem é informado – as ferramentas e os critérios adequados (técnicos, científicos e éticos) de como lidar com as novas tecnologias e com a avalanche da informação que nos invade quotidianamente.

Enfim, só conseguiremos responder aos grandes desafios éticos deste nosso século XXI se, e sobretudo, todos os actores envolvidos no mundo da Informação e da Comunicação se abrirem a uma colaboração séria, responsável e perseverante na procura da verdade e do bem comum, a começar por nós próprios. Só assim cortaremos as asas aos nossos medos e abriremos portas à esperança de uma informação e comunicação mais éticas!

P. Arlindo Ferreira Pindo

Roma, Outubro de 2023

**Nota:** A tradução dos textos citados são da responsabilidade do autor deste estudo. Igualmente, os textos dentro de parênteses rectos.

## Bibliografia

- Aquilino, G. (2022, 18 de Novembro). La centralità dell'uomo – Per un'etica dei sistemi e delle applicazioni. *L'Osservatore Romano*. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/per-un-etica-dei-sistemi-e-delle-applicazioni.html>.
- Attivissimo, P. (2019), *Fabbriche di fandonie*. Em Bronner, G. (2019), pp. 4-6.
- Bennato, D. (2022, 21 de Março). L'esigenza di un'etica della comunicazione. *L'Osservatore Romano*. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-03/quo-064/l-esigenza-di-un-etica-della-comunicazione.html>.
- Bronner, G. (2019). *Fake news. Smascherare le teorie del complotto e le leggende metropolitane*. Milano, Italia: Sonda.
- Bronner, G. (2022). Lumi contro fake news, *L'Espresso*. 29. (24 de Julho de 2022), pp. 94-97. Entrevista de Anna Bonalume.
- Caprioli, D. M. (2023, 24 de Julho). Rivoluzione digitale – Meraviglie e rischi di un nuovo ambiente umano. *L'Osservatore Romano*, p. 6. Recuperado também em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-07/quo-169/rivoluzione-digitale-meraviglie-e-rischi-di-un-nuovo-ambiente-um.html>.
- Chomsky, N. (2023, 8 de Março). The False Promise of ChatGPT, *New York Times*. Recuperado em <https://www.nytimes.com/2023/03/08/opinion/noam-chomsky-chatgpt-ai.html>.
- Conti, P. (2023, 13 de Agosto). Da Verona a Pompei, gara per ospitare il duello. Ma Zuckerberg frena Musk. *Corriere della Sera*, p. 21.
- Contiero, V. (2023, 22 de Setembro). I ragazzi di fronte alla nuova tecnologia. Buona o malvagia? Dipende... *L'Osservatore Romano*, p. 6. Recuperado também em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-09/quo-218/buona-o-malvagia-dipende.html>.
- Deen, T. (2023, 15 de Junho). AI ChatGPT Responds to UN's Proposed Code of Conduct to Monitor Artificial Intelligence. Recuperado em <https://www.ipsnews.net/2023/06/ai-chatgpt-responds-uns-proposed-code-conduct-monitor-artificial-intelligence/>.
- De Luca, V. (2017). Comunicare speranza e fiducia. *DESK: Rivista trimestrale di cultura dell'informazione*, 1, pp. 3-6.
- Di Giovanni, F. (2023, 20 de Fevereiro). L'intelligenza artificiale sia al servizio dell'umanità e dello sviluppo integrale. *L'Osservatore Romano*. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-02/quo-042/l-intelligenza-artificiale-sia-al-servizio-dell-umanita-e-dello.html>.
- Dionisi, D. (2022, 18 de Novembro). La cybersecurity inizia dalla divulgazione. *L'Osservatore Romano*. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/la-cybersecurity-inizia-dalla-divulgazione.html>.
- Floridi, L. (2022). *Etica dell'intelligenza artificiale. Sviluppi, opportunità, sfide*. Milano, Italia: Raffaello Cortina Editore.
- Foer, F. (2018). *I nuovi poteri forti – come Google, Apple, Facebook e Amazon pensano per noi*. Milano, Italia: Longanesi.
- Foschini, G. (2022, 21 de Maio). A informação. Aquele fio condutor que liga os partidos e os *opinion makers* à *network* de propaganda russa. *La Repubblica*, p. 4.

- Gabanelli, M. e Ravizza, S. (2023, 13 de Setembro): TikTok, come i social ci leggono nel pensiero. *Corriere della Sera*, p. 20.
- Gaggi, M. (2023, 8 de Janeiro). Meno innovazione e carisma. Così i giganti del web hanno perso il tocco magico. *Corriere della Sera*, p. 24.
- Gaggi, M. (2023, 5 de Fevereiro). La battaglia dell'intelligenza artificiale. *Corriere della Sera*, p. 13.
- Gaggi, M. (2023, 3 de Maio). Lo scienziato Hinton: sono stato io a creare l'intelligenza artificiale. Ma ora ne vedo i rischi. *Corriere della Sera*, p. 15.
- Gaggi, M. (2023, 31 de Maio). L'intelligenza artificiale e l'allarme dei suoi guru: "L'umanità è in pericolo". *Corriere della Sera*, p. 15.
- Gaggi, M. (2023, 7 de Julho). Zuckerberg rilancia e sfida Musk – Un nuovo social contro Twitter. *Corriere della Sera*, p. 17.
- Gaggi, M. (2023, 15 de Setembro). Intelligenza artificiale, i "re" del tech discutono sulle regole. *Corriere della Sera*, p. 15.
- Galdón, L.G. (2015). *Informazione e disinformazione. Il metodo nel giornalismo* (2ª. ed.). Roma, Italia: Armando Editore.
- Gallone, G. (2022, 27 de Outubro). I 25 anni dalla nascita di Google. Buon compleanno, Big G. – Nuove sfide per il re degli algoritmi. *L'Osservatore Romano*. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-10/quo-247/buon-compleanno-big-g.html>.
- Gallone, G. (2023, 22 de Setembro). ChatGPT deve aiutarci a essere più umani. *L'Osservatore Romano*. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-09/quo-218/chat-gpt-deve-aiutarci-a-essere-piu-umani.html>.
- Grazian, C. (2022, 23 de Março). Viaggio nel lato oscuro della rete. *L'Osservatore Romano*. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-03/quo-066/viaggio-nel-lato-oscuro-della-rete.html>.
- Longo, A. (2023, 19 de Fevereiro). Rischi dell'innovazione. Cospirazionismo versione chatbot. *L'Espresso*, pp. 78-80.
- Longo, A. (2023, 23 de Julho). L'algoritmo va governato o spazzerà via il lavoro. *L'Espresso*, pp. 80-81.
- Martins, A. (2023). X é a rede social "com o maior rácio de desinformação". *Público*. Recuperado em <https://www.publico.pt/2023/09/26/mundo/noticia/x-rede-social-maior-racio-desinformacao-2064683>.
- Masci, F. (2022, 18 de Novembro). L'intelligenza umana è il più efficace strumento di analisi dei comportamenti della rete. Ripartire dall'alfabetizzazione informatica. *L'Osservatore Romano*. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/ripartire-dall-alfabetizzazione-informatica.html>.
- Mastrolilli, P. (2023, 22 de Julho). I giganti del tech americano da Biden. Primo accordo sulle regole dell'IA. *La Repubblica*, p. 15.
- Molinari, E. (2023, 8 de Agosto). Lo scontro in gabbia tra Elon Musk e Mark Zuckerberg – più annunciato che possibile. La tristezza di una farsa mediatica nella lotta tra i due "re" del digitale. *Avvenire*, p. 12.
- Moura, L. (2023, 16 de Agosto). Revolução cultural. *Público*, p. 25.
- Occhetta, F. (2017). Il giornalismo nel tempo della post-verità. *DESK: Rivista trimestrale di cultura dell'informazione*, 1, pp. 7-10.

- Padula, M. (2022). Educarci ai media per educarci alla pace. *SIR: Società per l'Informazione Religiosa*. Recuperado em <https://www.agensir.it/mondo/2022/03/05/educarci-ai-media-per-educarci-alla-pace/>.
- Panão, M. (2023, Fevereiro). A tecnofilia do momento: CHATGPT. *Além-Mar*, nº 732, p. 11.
- Pasqualetti, F. (2022, 18 de Novembro). Internet e Vangelo. Sviluppare una conoscenza che vada oltre l'utilizzo dei vari device. Il "Sabato" sia al servizio dell'uomo, non viceversa. *L'Osservatore Romano*. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/il-sabato-sia-al-servizio-dell-uomo-non-viceversa.html>.
- Pequenino, K. (2022). Parlamento Europeu aprova leis para pôr fim ao 'faroeste digital'. *Público*: Recuperado em <https://www.publico.pt/2022/07/05/tecnologia/noticia/parlamento-europeu-aprova-leis-fim-faroeste-digital-2012551>.
- Pequenino, K. (2023). Musk e especialistas apelam a pausa no desenvolvimento de inteligência artificial. "Há riscos para a sociedade". *Público*: Recuperado em [https://www.publico.pt/2023/03/29/tecnologia/noticia/musk-especialistas-apelam-pausa-desenvolvimento-inteligencia-artificial-ha-riscos-sociedade-2044251?utm\\_source=notifications&utm\\_medium=web&utm\\_campaign=2044251](https://www.publico.pt/2023/03/29/tecnologia/noticia/musk-especialistas-apelam-pausa-desenvolvimento-inteligencia-artificial-ha-riscos-sociedade-2044251?utm_source=notifications&utm_medium=web&utm_campaign=2044251).
- Pequenino, K. e Reuters (2023). Gigantes tecnológicas preparam-se para nova Lei dos Serviços Digitais. *Público*: Recuperado em <https://www.publico.pt/2023/08/24/tecnologia/noticia/gigantes-tecnologicas-preparamse-nova-lei-servicos-digitais-2061115>.
- Persivale, M. (2023, 18 de Agosto). Musk e la bufala seriale della sfida a Zuckerberg. "Lui rifiuta l'incontro". *Corriere della Sera*, p. 23.
- Piro, I. (2022, 18 de Novembro). La tutela dei contenuti audiovisivi e multimediali – Contro il lato oscuro della tecnologia. *L'Osservatore Romano*. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2022-11/quo-264/contro-il-lato-oscuro-della-tecnologia.html>.
- Pisa, P. L. (2023, 31 de Maio). Nuovo allarme sulla IA, ora i padri dell'hi-tech parlano di "estinzione". *La Repubblica*, p. 15.
- Polidoro, M. (2019), Occhio alle *fake news!*. Em Bronner, G. (2019), pp. 7-11.
- Quintana, O. (2023). Sobre la tecnología, *Cuadernos Cristianisme i Justícia*, 231, Enero 2023. Acessível online em espanhol, inglês e catalão: <http://www.cristianismeijusticia.net/es/sobre-la-tecnologia>.
- Severgnini, B. (2023, 13 de Agosto). Musk e Zuckerberg gladiatori egocentrici. *Corriere della Sera*, p. 25.
- Signorile, M. (2023, 22 de Setembro). Educare all'Intelligenza Artificiale. L'insegnamento della religione e la rivoluzione digitale – Sul confine tra materia e spirito. *L'Osservatore Romano*. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-09/quo-218/sul-confine-tra-materia-e-spirito.html>.
- Soukup, P. A. (2022, 1/15 de Outubro). 25 anni di Google. *La Civiltà Cattolica*, nº 4135, pp. 50-64.
- Tito, C. (2023, 1 de Junho). IA, il primo passo di Europa e Usa. "Pronto un regolamento comune". *La Repubblica*, p. 15.
- Tonacci, F. (2022, 19 de Março). Kiev: O exército de *hackers* que defende a Ucrânia disparando do pc. *La Repubblica*, p. 8.

Tondo, L. (2022, 27 de Março). Guerra in Ucraina/Il fronte. Professione reporter – Piombo e *fake news*. *L'Espresso*. 12, pp. 26-32.

Walton, A. (2023, 19 de Maio). Il contrasto dei lati oscuri più preoccupanti dell'era digitale. L'intelligenza artificiale e la lotta ai reati informatici. *L'Osservatore Romano*. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-05/quo-115/l-intelligenza-artificiale-e-la-lotta-ai-reati-informatici.html>.

### **Documentos do Magistério da Igreja**

Conferência Episcopal de Moçambique (CEM). Nota Pastoral da Conferência Episcopal de Moçambique. Maputo, 11 de Novembro de 2022.

Francisco (2013). *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium sobre o anúncio do Evangelho no mundo actual*. ([https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20131124\\_evangelii-gaudium.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html)).

Francisco (2022). *Mensagem do Santo Padre Francisco aos participantes no Congresso Mundial da SIGNIS*, que decorreu em Seul, República da Coreia, de 16 a 19 de agosto de 2022: (<https://www.vatican.va/content/francesco/it/messages/>).

Francisco (2023). Discurso aos participantes do encontro “*AI Ethics: An Abrahamic commitment to the Rome Call*”, promovido pela Academia Pontifícia para a Vida e pela Fundação RenAissance, no dia 10 de Janeiro de 2023, no Vaticano. Recuperado em <https://www.osservatoreromano.va/it/news/2023-01/quo-007/la-vita-di-un-uomo-non-puo-essere-affidata-a-un-algoritmo.html>.